

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA-UFU
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**MULHERES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
PERCURSOS E PERSPECTIVAS**

ALINE DAIANE DINIZ FERREIRA

UBERLÂNDIA-MG

Julho 2016

ALINE DAIANE DINIZ FERREIRA

**MULHERES NO EJA:
PERCURSOS E PERSPECTIVAS**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel e Licenciada em História, sob a orientação da professora Doutora Jorgetânia da Silva Ferreira

UBERLÂNDIA-MG
Julho/2016

ALINE DAIANE DINIZ FERREIRA

**MULHERES NO EJA:
PERCURSOS E PERSPECTIVAS**

Maria Andréa Angelotti Carmo
Coordenadora do Curso de História

BANCA EXAMINADORA

Banca Examinadora Professora Roberta Helena Rodrigues da Silva

Banca Examinadora Professor Doutor Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior

Professora Orientadora Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Ângela, meu pai Whashington *in memorian*, minhas irmãs Alessandra e Luana ao meu companheiro Luiz Henrique e a todas as mulheres.

AGRADECIMENTOS

Durante muitos anos da minha vida fui refém dos preconceitos de gênero. Uma criança pobre, acima do peso, órfã de pai negro filha de mãe branca que teve que aprender a ser dona de si mesma após a morte do marido, uma vez que durante o casamento não lhe era permitido. A vida não foi menos dura por se tratar de uma criança que não havia completado nem sua primeira década de vida. Durante muitos anos eu fui apenas uma dos quase trinta netos da minha querida “vó” Lilia, mas aquela olhada diferente porque seus tios paternos eram negros. O preconceito dói, pior do que doer, ele marca. Perderam-se na minha memória, acredito eu muitos momentos bons da minha infância, apesar de não lembrar, existiram. No entanto, aqueles que me machucaram ainda são literalmente sentidos.

Falo isso porque finalizar o curso de História, abordando a questão de gênero é incrível, algo que me trás algumas lembranças boas, muitas nem tanto. Apesar disso meu peito transborda de emoção em poder dizer: Eu fiz, e posso fazer o que eu quiser. A luta não para por aqui.

Primeiramente agradeço a Deus. Sem ele eu nada seria tampouco teria.

Fiz questão de contar um pouco da minha caminhada para agradecer àqueles que duvidaram de mim e até mesmo zombaram daquela menina que quando saiu da pequena cidade do Norte de Minas para se mudar para a grande Uberlândia, teve o destino previsto pelos que se diziam seus: Seria mais uma usuária de drogas que se sustentaria por meio da prostituição. A vocês obrigada, aprendi que *Não importa o quanto você bate, mas sim o quanto aguenta apanhar e continuar. O quanto pode suportar e seguir em frente. É assim que se ganha.* (ROCKY BALBOA). Continuarei em frente.

Agradeço a minha mãe Ângela pelo incentivo, apoio e amor em toda minha trajetória.

Ao meu pai Washington, que apesar do pouco tempo que esteve comigo, deixou ensinamentos e exemplos que seguirei pelo resto da minha vida.

Agradeço as minhas irmãs Alessandra e Luana pela parceria e pelas diversas vezes que colaboraram com meus estudos abaixando o áudio da TV, o volume do som, cedendo um lugar na mesa para mim e os meus livros.

A meu companheiro de vida e jornada, Luiz Henrique, pelo incentivo, amor, amizade e compreensão durante toda esta trajetória.

A Stefany, que transita entre o roxo e o preto, amiga de todas as horas, que tornou a caminhada mais leve e divertida.

Agradeço a todas (os) as (os) colegas de graduação, professoras (es) que participaram comigo do PIBID. Aqui agradeço também a toda a Equipe da Escola Estadual do Parque São Jorge. O desenvolvimento que tive enquanto estudante do curso de História e como pessoa foi muito grande.

A minha madrinha Ana Andrade, que não mediu esforços para investir em meus estudos. Ao pai que a vida me deu, Adolfo, sempre me oferecendo seu colo e amor sincero.

Agradeço a amizade sincera da minha amiga de longa data Izadora, que mesmo com minha ausência devido à faculdade e trabalho nunca se afastou do meu coração.

Helio, o Papi Soberano, quem me encorajou a persistir e finalizar esta etapa.

Agradeço à minha Professora Jorgetânia que se fez presente na maior parte da minha graduação, me despertou o interesse pelo estudo de gênero e me conduziu por grandes experiências, me inspirando pela grande mulher que é.

A Mislele, todos os servidores e estudantes da Escola Estadual Teotônio Vilela. Aos meus professores da graduação, pelos ensinamentos e acompanhamento durante todos esses anos meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a todas as mulheres que responderam o questionário para o desenvolvimento da pesquisa deste trabalho. Obrigada pela confiança, por compartilhar um pouco de suas vidas comigo.

A todos os meus familiares, amigos e pessoas que torceram pela minha vitória deixo aqui os meus sinceros agradecimentos, sem o apoio de vocês teria sido muito mais árdua a chegada.

EPÍGRAFE

Mulher de luta

Em seu peito, nasceu uma flor
suas raízes estenderam-se por suas veias e regada por seu
sangue de guerreira nutriu-se de toda injustiça, opressão e
dor, tuas pétalas de aço já não poderiam se quebrar,
mulher guerreira, avançando em luta
enquanto em seu peito a flor desabrocha, em sua garganta
o grito vai ecoar.

Autora desconhecida

RESUMO

Diante das diversas faces do preconceito em direção educação de jovens e adultos, este trabalho apresenta discussões acerca dos primeiros indícios de segregação sexual no Brasil colônia e caminha em direção ao ano de 2016 na cidade de Uberlândia, especificamente na Escola Estadual Teotônio Vilela, no bairro Planalto, na referida cidade, onde foram realizadas observações e pesquisas para a produção de análises acerca do ingresso e permanência das mulheres na Educação de Jovens e Adultos. As políticas públicas e traços culturais da nossa sociedade ainda fortemente patriarcais nos revelam o abandono às questões de gênero juntamente com a educação de jovens e adultos. Dessa forma, a pesquisa a seguir apresenta algumas discussões em torno dos desafios que a mulher enfrenta para concluir os seus estudos, bem como o desamparo político em que se encontra a educação de jovens e adultos.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher, EJA, Educação De Jovens E Adultos, preconceito.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	4
AGRADECIMENTOS.....	5
EPÍGRAFE	7
RESUMO	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
LISTA DE GRAVURAS	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – Mulheres na História: mudanças e permanências.....	15
VIDA E EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL	16
MULHERES E A EJA	26
CAPÍTULO II - Mulheres e A Educação De Jovens e Adultos Na Escola Estadual Teotônio Vilela Em Uberlândia- MG	30
O BAIRRO PLANALTO	30
A ESCOLA	31
CONHECENDO MELHOR A REALIDADE DAS MULHERES DA EJA	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD - Associação de Assistência à Criança Deficiente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

UAI – Unidade de Atendimento Integrado

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

LISTA DE GRAVURAS

TABELA 1 - FREQUÊNCIA DE MATRÍCULA E EVASÃO DE MULHERES E HOMENS

GRÁFICO 1- VOCÊ JÁ INTERROPEU OS ESTUDOS?

GRÁFICO 2 - QUAIS OS MOTIVOS QUE A LEVOU À INTERRUPÇÃO?

GRÁFICO 4 - QUANTO TEMPO FICOU SEM ESTUDAR?

GRÁFICO 5 - QUAL A SUA IDADE?

GRÁFICO 6 - QUAL SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?

GRÁFICO 7 - COMO SE DECLARA QUANTO A COR?

GRÁFICO 8 - QUAL SUA RELIGIÃO?

GRÁFICO 9 - QUAL SUA RENDA MENSAL?

GRÁFICO 10 - EM QUE TRABALHA ATUALMENTE?

GRÁFICO 11 - PORQUE ESTÁ NESTA PROFISSÃO?

GRÁFICO 12 - EM QUAL BAIRRO MORA?

GRÁFICO 13 - QUAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZA PARA IR A ESCOLA?

GRÁFICO 14 - QUAL SEU ESTADO CIVIL?

GRÁFICO 15 - COM QUE IDADE COMEÇOU A TRABALHAR?

GRÁFICO 16- PRETENDE PRESTAR VESTIBULAR?

INTRODUÇÃO

Durante maior parte da minha graduação tive a oportunidade de trabalhar com diversas temáticas. No entanto, sempre estavam presentes em meus trabalhos pontos que tangiam questões de gênero e educação. Acredito que esses dois eixos de pesquisa não se desvencilham de todos os desdobramentos históricos, uma vez que a mulher é partícipe de todos eles, bem como a educação - onde aqui abranjo todos os níveis de formação - norteiam os processos estabelecidos e continuados ao longo dos séculos.

Durante três semestres da graduação tive a oportunidade de participar como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, na Escola Estadual do Parque São Jorge, também na cidade de Uberlândia-MG. Durante esse período atuei na Escola Estadual do Bairro São Jorge, no período da noite com estudantes do ensino médio regular, com salas de aulas repletas de estudantes adultos e idosos. Dessa forma, a convivência, histórias e experiências vividas foram aguçando meu interesse pelo tema gênero e educação.

Pude conhecer ao longo dos meses mulheres que estavam pensando em parar de estudar para cuidar dos filhos, pois segundo as mesmas, essa função competia somente a elas. Além de justificativas de abandono que passavam por questões de ciúmes do namorado, marido, cansaço após um dia intenso de trabalhos, falta de incentivo dos cônjuges e pais, entre outros. Diante de tantas dificuldades, relatadas pelas estudantes, muitas decidiram mudar para uma escola onde fosse oferecido a EJA, outras que ainda eram menores de idade, decidiram parar os estudos até atingirem os 18 anos completos para poderem também concluir os estudos por meio da EJA, que segundo as mesmas era mais rápido, fácil e o nível de exigência menor.

Todos esses episódios nos fizeram pensar a respeito do que as mulheres pensam sobre a sua própria educação, a importância que esta tem em suas vidas. Fizeram-nos pensar como ainda existem ações que reafirmam a banalização da educação formal para as mulheres, através de um imaginário arraigado de preconceitos.

Em nossa sociedade, desde a Colonização do Brasil por Portugal as mulheres ocupam um lugar inferior ao reservado para os homens. A educação formal para mulheres foi tratada durante muitos anos como algo totalmente dispensável, uma vez

que sua atuação estava fadada a reprodução, cuidado dos filhos, marido e tudo relacionado à manutenção do espaço doméstico.

Isso acontecia e acontece de maneira “naturalizada” dentro de uma sociedade de bases patriarcais, como é o caso do Brasil. Tidas como objetos de prazer e a serviço dos homens, as mulheres vem de uma história de luta pela sobrevivência e saída desse estereótipo de inferioridade em relação aos homens que surgiu e propagou-se pelo mundo.

Isto posto, esse trabalho surgiu a partir do desejo de compreender melhor a realidade e perfil das mulheres que optaram por concluir seus estudos a partir da EJA. Para realizar a pesquisa a metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, aplicação de questionários e observação das aulas. Tivemos como parceira a Escola Estadual Teotônio Vilela, no bairro Planalto em Uberlândia. Para iniciarmos o processo de observação foi feito contato com a direção da Escola, onde deixamos um documento explicando os objetivos do trabalho, a partir daí tivemos autorização para acompanhar as aulas. Na escola Estadual Teotônio Vilela a modalidade de ensino EJA contempla as séries do ensino médio, por consequência, o trabalho se desenvolveu a partir da observação das turmas de 1ºano, 2ºano e 3ºano do ensino médio EJA. Desde o início do trabalho decidimos que a aplicação do questionário seria a última ação na escola, pois, nosso interesse era também conviver com as estudantes e perceber as tramas de dentro de sala de aula e/ou experiências de vida que se fizessem presentes nas falas diárias. O trabalho foi desenvolvido de acordo com a proposta inicial e nos reforçou a importância da socialização. Tivemos a oportunidade de perceber isso no momento da aplicação dos questionários, onde as mulheres além de responderem objetivamente o questionário, compartilharam diversas experiências de vida que vieram à tona a partir da reflexão feita para responder o questionário.

Acreditamos que a permanência das mulheres nas salas de aula é também uma forma de resistência, especialmente quando essas já estão inseridas no mercado de trabalho, também permeado de machismos e preconceito e ou possuem suas próprias famílias.

Essa pesquisa é de grande relevância acadêmica e social, pois trabalharemos aqui a educação das mulheres por meio da EJA, duas vertentes impregnadas de preconceitos, engendrados ao longo dos anos na sociedade. Para a realização da pesquisa partimos primeiramente para uma retomada histórica da educação das mulheres no Brasil partindo do período colonial até a República, trazendo para

discussão a forma em que as mulheres participavam dos processos educacionais de cada período, assim como as ideias difundidas acerca das mesmas. Lançando um olhar acerca do tema educação e gênero à luz de autoras e autores como Magdalena Leòn, Bell Hooks, Helena Hirata, Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Simone De Beauvoir, Pierre Bourdieu, Jeffrey Weeks, Fúlvia Rosemberg, Vera Lúcia Puga foi possível um levantamento da história das mulheres e questões de gênero nos processos educacionais brasileiros, que permitiu uma contextualização para a elaboração da pesquisa e análises de dados, levantados no trabalho.

Partindo dessa retomada histórica, fomos para a Escola Estadual Teotônio Vilela, onde durante dois meses, tivemos a oportunidade de observar as aulas de Histórias das turmas do 1º ao 3º ano EJA. Essa atividade deu origem à segunda parte desta pesquisa, contemplando o objetivo de tomar conhecimento da realidade e perfil das mulheres ali presentes. Durante as aulas assistidas surgiram algumas vezes discussões acerca de questões gênero, e nesses momentos, foi permitido pela professora interagir com as (os) estudantes, com a colocação de questões e debates que foram muito importantes para o desenvolvimento do trabalho.

Levando em consideração todos os pontos analisados procuramos responder às seguintes questões ao longo do trabalho: O que podemos perceber de avanço do período colonial até o momento atual acerca da educação formal das mulheres? A Escola ainda hoje é um espaço que propaga o sexismo? Podemos entender a EJA como uma oportunidade de formação para as mulheres adultas que tiveram seus estudos interrompidos ou impedidos em um dado momento de suas vidas, ou, como local reservado para a formação de mulheres que ainda hoje são levadas a assumir as atividades relacionadas à manutenção do lar e /ou o mercado de trabalho, mantendo as mulheres em lugar de menor prestígio na sociedade?

Na busca pela elucidação de todas essas questões este trabalho desenvolveu-se.

CAPÍTULO I – Mulheres na História: mudanças e permanências

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino¹.

As mulheres desde os primórdios sofreram preconceitos, inclusive o de serem consideradas inferiores aos homens, a começar pela própria biologia. Um fator importante de observarmos é a dinâmica exercida pela dominação na sociedade, e na própria orientação de condutas morais e corporais, principalmente, no que diz respeito às mulheres. A dominação induz a um pensamento acerca delas, que muitas vezes já é produto de sua atuação e efetivação. Portanto, para obtermos uma imagem ampliada da dominação masculina, é preciso trabalhar com questões do inconsciente, desnaturalizando os pensamentos acerca da mesma, abrindo possibilidades de análise e explorando as categorias.

Inseridos em uma sociedade que entende o sexo como categoria de diferenciação e organização social, ficamos fadados a enganarmo-nos sobre a significação profunda da categoria sexual em si. O fator biológico (pênis/ vagina) aparece como determinante dentro de uma forma objetiva, e as associações cognitivas acerca do mesmo, (dentro/fora, alto/baixo, cheio/vazio), vão moldando uma visão embasada no androcentrismo. Essa visão se estende para a vida familiar e social de modo geral, desde a divisão das atividades, atribuições, comportamentos entre homens e mulheres e acesso à educação. Em toda a parte podemos localizar uma divisão pautada no conceito do sexo, em seu significado restrito a diferenciação e organização.

É necessário atentar sobre como os mecanismos de dominação masculina, engendram a sociedade, assim, como o entendimento de seus partícipes dominantes e dominados. A prática da dominação se funde com cognições, o que vai construindo um cenário de legitimação natural, onde, a dominação masculina dispensa justificativas para existir. E nessa realidade em que analisamos, podemos perceber que “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 1999).

A construção dos corpos ocorre a partir da diferenciação anatômica do órgão sexual do homem e da mulher. A partir da diferenciação biológica uma série de construções simbólicas

¹ BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

é tecida na sociedade. Podemos perceber algumas associações, como à ereção do homem (alto/virilidade), as relações voltadas para o exterior, e a mulher (vagina) como o órgão feminino invertido, sendo tomado desde o princípio com algo inferior, baixo, vazio, que necessita de elevação e preenchimento. Essa diferenciação biológica influi nas organizações sociais e concepções acerca desses corpos na sociedade. O comportamento do homem despojado, da mulher, retraído. O sexo do homem como promotor de virilidade, e o da mulher algo encoberto, desvinculado de do seu ser, a não ser no momento de definir o lugar de dominado e dominante.

Segundo Bourdieu (1999), além das diferenciações biológicas entre homens e mulheres, um fator determinante na incorporação da dominação são as práticas naturalizadas a partir da mesma. Não é a divisão sexual (falo) que influencia diretamente na organização social, mas também a visão que se tem da divisão sexual ou das práticas androcêntricas, é que vão legitimando-as. Muito além do ambiente doméstico, as relações de dominação, diferenciação e divisão devem ser pensadas em diversos âmbitos da sociedade, como na escola, Estado e Igreja por exemplo. Dessa forma a luta feminina, tange um universo muito mais amplo do que a maioria das pessoas imaginam (simplesmente paridade com os homens) a luta se baseia em desconstruir e evitar que paradigmas de dominação masculina perpetuem e propagem pelo mundo.

VIDA E EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL

No Brasil colônia a educação formal não era algo reservado às mulheres. Neste período esse tipo de instrução era destinado aos homens. No que diz respeito às mulheres, essas eram instruídas para as tarefas referentes aos cuidados, do lar, filhos e marido. Segundo Ribeiro (2007) “tanto as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever”. Logo, as mulheres recebiam apenas instruções direcionadas à manutenção do espaço doméstico.

O preconceito com as mulheres vem de muito antes da colonização do Brasil pelos portugueses.

As influências da cultura dos árabes naquele país, durante quase 800 anos, consideravam a mulher um ser inferior. O sexo feminino fazia parte do *imbecilitus sexus*, ou sexo imbecil².

² RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **500 ANOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: MULHERES EDUCADAS NA COLÔNIA**. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

Ainda segundo Ribeiro, era comum a satirização da condição feminina com a recitação de versos por homens que diziam: “Mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada”. Ou ainda “a mulher honrada deve ser sempre calada” Ribeiro (2007). A mulher de mais uma forma era colocada à margem, e diminuída perante a sociedade. Diversos poetas portugueses se dedicavam a composição de versos como os citados acima, sendo um de seus principais expoentes apreciado pelos homens o poeta português Gonçalo Trancoso.

A instrução passada era que a mulher deveria ser mansa, humilde, obediente, submissa ao seu marido e aos tipos diversos de dominação que lhes fossem impostas por outrem do sexo masculino. No entanto devemos observar algumas diferenças na instrução das mulheres de classes sociais e raças distintas. Havia uma diferença, apesar da inferiorização geral em relação ao sexo, nas atividades que as mulheres exerciam no espaço doméstico. (HABNER 2012)

Senhoras da elite comandavam o cotidiano dos casarões em que viviam na companhia de parentes, agregados e escravos. Supervisionavam a produção doméstica de alimentos, bebidas, roupas material de limpeza, além de cuidar da saúde da família e da instrução religiosa dos seus dependentes³.

A mulher de classe menos favorecida economicamente, além da submissão ao marido era instruída para dar conta de todas as atividades para organização e manutenção do lar, uma vez que essas eram atividades consideradas essencialmente femininas. A violência perpetuava e acentuava-se sobre as mulheres negras. Essas que eram tratadas como objeto e estavam expostas às violências dos homens e das mulheres brancas também.

Sofrendo violência de várias esferas, políticas, sociais e familiares, a mulher se encontrava exposta a uma situação de violência, onde era tratada como um objeto. Eram inclusive negociadas pelos seus pais mediante acordos econômicos. Durante a colonização, os portugueses, considere aqui também a igreja, trouxeram mulheres brancas para o Brasil, a fim de perpetuar a raça branca na colônia. Segundo Ribeiro (2007) não importava a procedência moral dessas mulheres brancas que vinham para a colônia, o que se esperava delas era apenas a procriação para garantir a perpetuação do domínio europeu. A mulher branca vivia com a função reprodutora e perpetuadora do bem estar no espaço doméstico. Já

³ HABNER, June E.. **Nova História das Mulheres no Brasil: HONRA E DISTINÇÃO DAS FAMÍLIAS**. São Paulo: Contexto, 2012.

as mulheres negras sofriam duplamente a violência: na vida de trabalho e vistas como objeto sexual.

Para as mulheres que insistiam em aprender o abc para fazerem as orações, era através do o “abecedário moral” de Gonçalo F. Trancoso, publicado em 1585 que recebiam as instruções onde aprendiam as seguintes referências para cada letra:

A= amiga da sua casa	N= nobre
B= benquista da vizinhança	O= honesta
C= caridosa para com os pobres	P= prudente
D= devota da Virgem	Q= quieta
E= entendida do seu ofício	R= regrada
F =firme na fé	S= sezuda
G= guardadeira de sua fazenda	T= trabalhadeira
H= humilde	U =unida à família, útil ao marido
I= inimiga do mexerico	V= virtuosa
J =jeitosa (habilidosa)	X =xã (simples)
L= leal	Z =zelosa
M= mansa	

Por meio dos preceitos da religião católica as mulheres iam sendo educadas de forma voltada à submissão ao homem e a igreja. Longe de ser um método educativo formal, para ampliação dos conhecimentos, este era um método de prender as mulheres a uma tradição de submissão ao marido e tudo que lhe convém, assim como o reforço dos ideais cristãos católicos no Brasil, como Monteiro e Gati (2012) nos falam:

A religião exerceu grande influência no cotidiano e contribuiu para manter e reproduzir não apenas a subordinação da mulher, a dominação masculina, mas a própria estrutura da sociedade de classes em seus diferentes momentos históricos⁴.

Diante dessa realidade a vida das mulheres era destinada a servir ao marido e os cuidados da família, sem acesso a leitura e escrita. O único tipo de instrução a que teria acesso

⁴ MONTEIRO, Ivanilde Alves; GATI, Hajnalka Halasz. **A MULHER NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ENTRAVES E AVANÇOS DE UMA ÉPOCA**. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa. **Anais...**. João Pessoa: Isbn 978-85-7745-551-5, 2012. p. 1 - 26. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.09.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016.

era sobre como se comportar moralmente e cuidar do seu lar. Eram tratadas como propriedades de seus pais/maridos.

O casamento e a maternidade eram a salvação feminina. Honesta era a esposa mãe de família; desonrada era a mulher transgressora que desse livre curso à sexualidade ou tivesse comportamentos em desacordo com a moral cristã⁵.

Podemos desprender dessa fala indícios que a mulher era reprimida inclusive na sua sexualidade. Maior parte delas casava-se sem nada saber, sendo amor e prazer dispensáveis a elas pela ótica patriarcal. Segundo SCOTT (2012) “O sexo (tolerado) no matrimônio tinha o fim precípua da procriação, sendo o desejo e o prazer vetados às esposas”.

A mulher sendo vista como um ser destinado ao casamento e cuidado do outro teria que se casar, caso isso não ocorresse eram tomadas como encalhadas pela sociedade. No período, um recurso possível para as mulheres que possuíam dotes, era o Convento. Consequentemente, dentro desta ótica dominadora a mulher tinha duas opções se casar com um eleito por seu pai ou com a igreja, tornando-se assim freira.

Nos conventos, era ensinada a leitura e a escrita, porém simultaneamente com o ensino de música e atividades domésticas. Não havia nenhuma estrutura para a educação formal das mulheres que ali se encontravam. No Brasil temos registro de convento na segunda metade do século XVII, mais especificamente o Convento Santa Clara do Desterro, o primeiro fundado no Brasil no ano de 1678. (Ribeiro; 2007)

Por mais que no imaginário liguemos o convento a um local de reclusão, oração, despojamento e vocação para a vida religiosa, não foi exatamente neste contexto que os conventos funcionaram no Brasil. Muitos daquela época utilizavam o convento como verdadeira prisão e instituição financeira. Ribeiro (2007) destaca que “os pais que tivessem gerado muitas filhas trancafiavam a maioria nos conventos, com receio de terem de dividir suas propriedades com os futuros genros”.

Os Conventos representavam os ideais da sociedade colonial, demonstravam as questões que embasavam as relações e arranjos sociais: economia e comércio. (RIBEIRO; 2007)

Não existia banco ou agências. Dessa forma os conventos também operavam com capital. Com a acumulação de doações e dotes que recebiam para manter as mulheres ali

⁵ ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras**: por que educar meninas e mulheres? Universidade Metodista de São Paulo. Autores Associados. 2007.

enclausuradas, as freiras emprestavam dinheiro para os próprios pais das reclusas, os quais muitas vezes não conseguiam quitar as dívidas, dessa forma tendo que entregar seus bens e posses aos conventos para saldar a dívida, fazendo com que assim o patrimônio das freiras crescesse. A segregação das mulheres por condição econômica e raça não era velada dentro dos conventos:

A condição econômica estabelecia a posição social da população dentro do convento: as mais ricas eram as freiras de véu preto, seguidas das de véu branco, das educandas que pagavam para estudar, e das servas, que durante muito tempo deveriam ser brancas⁶.

O preconceito é visível dentro dos conventos. Somente no ano de 1720 as mulheres negras puderam ser servas dentro dos conventos.

A implantação da reforma de educação denominada de Reforma Pombalina em Portugal e suas colônias após a expulsão dos jesuítas em 1759, pouco interferiu na condição da educação da mulher na colônia. Continuou-se com a cultura da educação destinada ao serviço do lar. Não tiveram mudanças concretas que atingissem positivamente e ou revertissem o quadro da educação formal para mulheres, fora dos conventos. Ressalta-se que toda essa discussão aqui apresentada refere-se às mulheres brancas, de maior poder aquisitivo. As mulheres pobres e negras continuaram excluídas do processo educacional, embora a educação não escolar que recebiam também reforçava a ideia de dependência e obediência ao homem.

No período imperial brasileiro, apesar de algumas concessões quanto à educação de mulheres, como a Lei Geral do Ensino de 15 de Outubro de 1827, a inferiorização das mulheres em relação aos homens e direcionamento da sua instrução para o espaço doméstico permanece. Podemos perceber no artigo 11 dessa lei que diz: “Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento⁷”, que a educação de meninas no período Imperial passava pelo crivo de autoridades para ser deferido ou não. Logo percebemos que não era tratado como um assunto de primeira importância, uma vez que existia a possibilidade de não ocorrer, se assim fosse da vontade de alguma autoridade local. E notória também a diferenciação do ensino de meninas e meninos, no Artigo 12 da Lei Geral do Ensino de 15 de Outubro de 1827 que trás a seguinte recomendação:

⁶ RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **500 ANOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: MULHERES EDUCADAS NA COLÔNIA**. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

⁷ BRASIL.(1827). **Lei de 15 de Outubro de 1827**. Brasil, 15 out. 1827. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm>. Acesso em: 15 jun. 2016.

(...) com exclusão das noções de geometria e limitado à instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; (...) ⁸.

A educação das mulheres era limitada. O que deveria ser necessariamente um progresso na luta das mulheres no reconhecimento das igualdades sociais e psicológicas em relação aos homens, neste período aparece como mais uma forma de manutenção de um sistema machista que permite a educação das mulheres visando à instrução das mesmas para melhor educarem e instruírem seus filhos e administrar o lar. Além de todo o sistema político que proporcionava a manutenção das disparidades entre homens e mulheres, um fator de grande influência direta nesta manutenção era a Igreja Católica, esta que possui espaço nos processos educacionais como podemos perceber em mais um artigo da Lei Geral do Ensino de 15 de Outubro de 1827:

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Os princípios da Igreja Católica dentro das salas de aula reforçavam simultaneamente duas ideias: a da submissão, recato e obediência das meninas e força e comando do homem dentro e fora de casa. Com cada sexo cumprindo a sua função social determinada pelas autoridades do Clero e Império, era possível a manutenção da ordem e dos processos sociais e políticos daquele período, dos quais as mulheres faziam parte, ajudavam a manter a ordem, mas seu lugar era um lugar menor, eram integradas, no entanto, de forma subordinada.

Continuando com a segregação sexual, no período imperial segundo Rosemberg (2012) a escola foi um espaço que constituiu obstáculos para a educação de meninas e assim como a formação de mestras. As escolas normais públicas eram frequentadas apenas por homens, e com o ingresso das mulheres, várias medidas foram tomadas para evitar o contato de homens e mulheres, estes que originalmente não poderiam frequentar o mesmo espaço.

Para manter a segregação sexual, as artimanhas parecem bizarras não só ao nosso olhar, mas também ao da época: frequência de homens e mulheres em dias, períodos, prédios separados ou alternados, por exemplo, ⁹.

⁸ Ibidem

Assim funcionavam no Rio de Janeiro, também com um sistema de saídas alternadas de meninas e meninos, para que esses não se vissem em nenhum momento. Diferentemente em Pernambuco, porém não menos preocupado com a segregação sexual, onde a escola utilizava um muro para separar meninas de meninos dentro de sala de aula.

(...) um muro que passava pelo meio da sala, à frente do professor, permita que ele desse sua aula simultaneamente a alunos e alunas, mas não permitindo, entretanto, que esses dois grupos se enxergassem¹⁰.

A criação de turmas mistas no período imperial se deu muito mais por uma questão econômica do que por um avanço da mentalidade da época no que diz respeito às relações de gênero. Era muito mais caro manter dois grupos de ensino. Dessa forma as turmas mistas, surgiram como uma alternativa para a contenção de gastos. Fato totalmente reprovado pela Igreja Católica, depois já no período da república, foi adotado pela mesma em comunhão com o governo, devido também a questões econômicas.

Podemos perceber que não tivemos grandes avanços na educação de mulheres do período colonial para o período imperial. Nossa luta continua agora no período da República, este que por mais de um século também foi palco de forte segregação sexual e preconceitos em relação às mulheres no campo educacional.

Em 1942 tivemos a Reforma Capanema, um dispositivo que:

Pelo Decreto-lei n.4.244 (Lei Orgânica do Ensino Secundário) em consonância com o Estado Novo, estabeleceu, entre os objetivos desse nível de ensino, alimentar uma ideologia política “patriótica e nacionalista de caráter fascista”¹¹.

Dentro da Reforma, a segregação sexual escolar foi veementemente observada, assim como mais uma vez, reaparece a preocupação de instruir a mulher para a vida doméstica. Podemos perceber essas inclinações no Título III da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 9

⁹ ROSEMBERG, Fúlvia. **NOVA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL: MULHERES EDUCADAS E A EDUCAÇÃO DE MULHERES**. São Paulo: Contexto, 2012.

¹⁰ ROSEMBERG, Fúlvia. **NOVA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL: Mulheres Educadas e a Educação de Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

¹¹ *Ibidem*

de abril de 1942¹², que trata do ensino secundário feminino, no artigo 25, destacadas também por Rosemberg (2012):

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentado por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginasial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar.

É visível a partir destes quatro pontos - os quais não são as únicas formas de preconceito em relação às mulheres - que estas são vistas desde o nascimento como pertencente ao espaço doméstico e o que lhe diz respeito. No período da República um discurso que desvencilhasse o país das atrocidades cometidas desde a escravização de negras (os) se tornava cada vez mais necessário para ampliar a visão de progresso associado ao país. (PUGA, 2015)

As últimas décadas do século XIX apontam, pois, para a necessidade de educação para a mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens. A preocupação em afastar do conceito de trabalho toda a carga de degradação que lhe era associada por causa da escravidão e em vinculá-lo à ordem e progresso levou os condutores da sociedade a arregimentar as mulheres das camadas populares. Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuía tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior¹³.

Em dissonância com esses anseios de progresso, onde entendemos pertencer ao termo à questão da igualdade, no âmbito educacional tivemos mais uma disparidade entre homens e mulheres nos difundidos Internatos Religiosos. Esses sistemas de ensino, além da família,

¹² BRASIL. Constituição (1942). Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário**. Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

¹³ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5.ed.São Paulo: Contexto, 2001. p.443-481.

promoviam a “propagação de ideias moralistas” baseando seu funcionamento por meio de “rígidas normas, disciplinarização do corpo e da mente dos jovens”. PUGA (2015)

Puga (2015) nos revela que os internatos religiosos eram locais de acesso a famílias abastadas, pois existia um alto custo para manter os filhos reclusos. Dentro dos internatos havia a presença de meninos e meninas, e mais uma vez havia também a manutenção da segregação sexual e prejuízo educacional das meninas em relação aos meninos. Chamada pela autora como pedagogia da diferença, a educação dentro dos internatos partiam do pressuposto igualitário desprovido diferenciação entre meninos e meninas, no entanto, meninos:

(...) ainda praticavam esportes, tinham mais lazer que as meninas. Suas matérias, em compensação, eram mais pesadas e os padres exigiam mais deles que as freiras das meninas. Afinal, eles estavam sendo educados para saírem do colégio, prestar vestibular, forma-se e ir para o mercado de trabalho. Após esse tempo se transformariam em esposos, provedores do lar. As matérias das meninas incluíam, além das de currículo laico, canto, bordado, declamação, puericultura, tricô, crochê e pintura os chamados trabalhos manuais¹⁴.

Podemos perceber claramente na educação as diferenciações entre meninas e meninos. Cada um recebia o tipo de educação para atuar no campo já definido para ambos na sociedade: homem em todos os espaços, no espaço público e com poder também no espaço privado e a mulher em uma condição de subordinação e reclusa mais ao espaço do lar.

Já na década de 60 segundo Puga (2015), no Triângulo Mineiro “as escolas mantinham os estudantes masculinos e femininos separados”. As Escolas Estaduais seguiam com os cursos de Magistério, Clássico e Científico, sendo o primeiro “essencialmente feminino” e os outros mistos. Diante de todas essas circunstâncias o Curso Normal ou Magistério era denominado socialmente como curso “espera marido”. Aquele que preparava as moças como “rainha do lar”.

Seguindo a perspectiva, mais de meio século após as realidades supracitadas, onde a luta feminista já brinda largos passos no sentido do reconhecimento da igualdade das mulheres, ainda somos acometidas por retrocessos bem como a evocação de uma cultura de preconceito e segregação sexual nos diversos espaços, públicos e privados. Recorro às palavras de Vera Puga que bem traduzem a realidade na cidade de Uberlândia:

¹⁴ PUGA, Vera Lúcia. Escola para mulheres: rainhas do lar e princesas. Minas Gerais, 1960-2012. In: MAIA, Cláudia; PUGA, Vera (Org.). **HISTÓRIA DAS MULHERES E DO GÊNERO EM MINAS GERAIS**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2015. p. 1-552.

Em pleno século XXI, em Uberlândia, também Triângulo Mineiro, surge a ideia de uma escola para meninas, uma Escola de e para Princesas. No momento em que os movimentos feministas e de mulheres conseguem diminuir as diferenças tanto no setor público, fora da casa, no mundo do trabalho, nas escolas, quantos dentro dos lares, com uma divisão mais justa das tarefas domésticas, no cuidado de filhos e de idosos, surge um movimento contrário, a favor da tradição da família e moralidade¹⁵.

Dessa forma, promover a reflexão para os cursos desenvolvidos dentro da Escola de Princesas é importante para que mantenhamos as atividades em torno da desnaturalização da dominação masculina e desconstrução da ideia da mulher como um ser fadado ao doméstico, ao estar para e pelo outro exclusivamente. Reforçar características socialmente construídas e associadas às mulheres é um retrocesso, é afirmar mais uma vez as formas de dominação masculina naturalizadas em nossa sociedade.

A respeito da formação das mulheres, estudos mostram que, se as mulheres ocupam postos inferiores, é porque a formação das mesmas é inferior. No entanto, observando por uma ótica não patriarcal, percebemos que o que realmente acontece é que as mulheres recebem formação para ocupar postos pré- determinados pela sociedade de um modo geral, e essa formação não se restringe à educação formal, mas a familiar e informal, onde as meninas são criadas sendo ensinadas a serem delicadas, prestativas, rápidas. Afirmando esses pensamentos, a Escola de Princesas oferece cursos onde as meninas vão aprender a cuidar do ambiente doméstico. O Castelo da princesa é o módulo onde as meninas aprendem sobre limpeza, organização, funcionamento e gerenciamento do ambiente, educação financeira orçamentos, compras, mordomia, prendas de princesa, corte e costura, culinária básica, lavanderia, primeiros socorros, etc.¹⁶. Podemos perceber como é transmitida para as meninas uma série de atividades, ditas femininas, e muitas vezes associadas às características biológicas das mulheres. É preciso sempre saber o que fazer, para executar ou para ordenar que alguém o faça. Tudo o que tange o universo doméstico é restrito à mulher, uma vez o homem, este trabalha fora.

Haja vista que os ensinamentos da Escola de Princesas, que ainda está em funcionamento na cidade de Uberlândia e em expansão para outros estados, são fiéis reproduções dos conceitos da sociedade colonial brasileira no ano 2016; nosso investimento na luta pela desnaturalização dessas ideias bem como em direção dos direitos das mulheres no campo educacional, profissional e familiar é extremamente importante. As conquistas já

¹⁵ Ibidem

¹⁶ ESCOLA DE PRINCESAS (Ed.). **TODO SONHO DE MENINA É TORNAR-SE UMA PRINCESA**. Disponível em: <<http://escoladeprincesas.net/>>. Acesso em: 12 ago. 14.

foram muitas, mais ainda há muito que eliminar dessa mentalidade patriarcal que se arrasta por gerações.

MULHERES E A EJA

Segundo Fúlvia Rosemberg, a permanência das mulheres na educação de jovens e adultos passa por grandes desafios. As mulheres precisam conciliar muitas vezes uma tripla jornada, que envolve cuidar da casa, dos filhos e do mercado de trabalho formal, antes de ir para a escola à noite. (ROSEMBERG, 2012)

A Educação de Jovens e Adultos apesar de estar prevista na Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDBN) e no Plano nacional de Educação (PNE) de maneira clara, a EJA é um campo de lutas desde a primeira metade do século XX. Segundo Lopes e Sousa (2016) A educação de jovens e adultos no período colonial visava à instrumentalização da população, e esse pequeno tocante à educação de adultos cessa com a expulsão dos Jesuítas, e vai ser mencionada novamente somente no Império. (LOPES; SOUSA, 2016). Destacam ainda que na década de 30, especificamente na Constituição de 1934, a educação de Jovens e Adultos aparece como dever do Estado. Nas décadas seguintes vários debates e ações se estabeleceram em relação a Educação de Jovens e Adultos.

Em 1946 o cambio para o modelo desenvolvimentista, antes baseado na produção agrária, impulsionou as ações em torno da alfabetização de adultos, a fim de instrumentalizá-los para trabalharem dentro das fábricas. (LOPES; SOUSA, 2016). No entanto, na década de 60, a pós o golpe militar, as atividades em torno da Educação de Jovens e Adultos que possuía como um de seus idealizadores Paulo Freire, e logo, de acordo com os princípios da educação popular foram extintas e substituídas pelo MOBREAL, programa que visava a erradicação do analfabetismo em 10 anos, na década de 70, foram criados os cursos Supletivos,

(...) com a proposta de ser um modelo de educação do futuro, atendendo às necessidades de uma sociedade em processo de modernização. O objetivo era escolarizar um grande número de pessoas, mediante um baixo custo operacional, satisfazendo às necessidades de um mercado de trabalho competitivo, com exigência de escolarização cada vez maior¹⁷.

Na década de 80 com o fim dos governos militares, o MOBREAL foi extinto dando lugar novamente a novas discussões sobre a educação de jovens e adultos através da

¹⁷ LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. **EJA: UMA EDUCAÇÃO POSSÍVEL OU MERA UTOPIA?** Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2016.

Fundação EDUCAR, esta que também foi extinta mais a frente, na década de 90 durante o governo de Fernando Collor, colocando a educação de jovens e adultos como algo dispensável na sociedade. No primeiro ano do presidente Luis Inácio Lula da Silva as discussões sobre a educação de jovens e adultos ganha novo impulso:

Em janeiro de 2003, o MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo governo federal. Para isso, foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, cuja meta é erradicar o analfabetismo durante o mandato de quatro anos do governo Lula. Para cumprir essa meta foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuirá com os órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos que desenvolvam ações de alfabetização¹⁸.

É notório o campo de lutas em que a educação de jovens e adultos está inserida. Apesar de todas as iniciativas em direção à educação de jovens e adultos, existe uma cultura de alfabetização, instrumentalização de pessoas adultas voltadas para o meio de trabalho. Constitui-se a partir dessas concepções um dos preconceitos em relação a esta modalidade de ensino e aqueles que recorrem à mesma.

Concomitantemente aos movimentos de legitimação da educação de jovens e adultos, as mulheres também estão inseridas em movimentos pela igualdade no campo social e educacional. Podemos perceber que no período em que a educação de jovens e adultos fora mencionada pela primeira vez no período Colonial as mulheres ainda sofriam as fortes pressões quanto a sua atuação, que queriam ver limitada ao ambiente doméstico. No Período Imperial temos alguns avanços, onde se abre uma pequena via de educação de mulheres, no entanto sem desfazer-se da instrução para os afazeres do lar e desvincular tais atividades da ideia de vínculo exclusivo as mulheres.

Podemos perceber que a educação de jovens e adultos direciona a formação para a dominação dos códigos com o intuito de atuação no mercado de trabalho, este que era desassociado da figura da mulher. Mas no momento que é inserida no mercado de trabalho o conteúdo dessa formação continua diferenciado para uma inserção subordinada e baseada em diferenciações de gênero.

Hoje além das lutas inerente ao EJA, se luta pela extinção de ideia de ensino compensatório instaurada desde 1996 (ORO et al., 2010) mas sim estabeleça diálogos em que a cultura de cada pessoa ali presente, temos a luta pela permanência de mulheres dentro

¹⁸ LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. **EJA: UMA EDUCAÇÃO POSSÍVEL OU MERA UTOPIA?** Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2016.

das salas de aula destinadas a jovens e adultos. Apesar da intensificação dos movimentos feministas em direção ao reconhecimento dos direitos da mulher, hoje ainda são discriminadas e sofrem com a dominação simbólica dentro e fora de suas casas, inseridas em uma sociedade que ainda não priorizam e muitas vezes desconhecem os debates em torno da questão de gênero.

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos (...) tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam femininas, isto é, sorridentes, simpáticas atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas¹⁹.

A escola é um espaço extremamente importante para a afirmação desses sujeitos para repensar essas práticas e problematiza-las junto àquelas que tiveram os estudos interrompidos. Desde que esses espaços sejam realmente democratizados, uma vez que:

Uma sociedade e uma escola verdadeiramente democráticas deverão assumir o desafio de historicizar e problematizar as discriminações e os estereótipos da cultura que operam como dispositivos de exclusão, ao que podemos cotidianamente contribuir através das nossas práticas, ressaltando-se aqui as práticas educativas tanto formais quanto não formais, no campo da educação popular e da EJA,²⁰.

As mulheres adultas que na adolescência tiveram que abandonar os estudos para cumprir tarefas a ela atribuídas de mãe esposa como sempre foram instruídas, hoje buscam a conclusão de seus estudos, porém, sem deixar de pesar sobre suas costas as responsabilidades para com o casamento, o lar, os/as filhos/as, as pessoas doentes, deficientes, idosos, etc. .

Dessa forma a permanência de mulheres na educação de jovens e adultos passa por diversos caminhos de resistência e garantia de direitos. Esse cenário precisa renovar-se e evoluir a cada dia, uma vez que as mulheres ainda são prejudicadas no campo educacional por toda essa carga histórica de dominação e “predestinação” ao espaço doméstico construído e reforçado por uma sociedade capitalista patriarcal. Observando a fala de Arroyo em que temos:

¹⁹ BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

²⁰ NARVAZ, Martha Giudice et al. **GÊNERO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A HISTÓRICA EXCLUSÃO DAS MULHERES DOS ESPAÇOS DE SABER-PODER.** 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

Os jovens e adultos que hoje em sua maioria frequentam a EJA eram crianças 25 anos atrás, quando proclamávamos: educação direito de todo o cidadão. Entraram nas escolas para garantir direito tão proclamado, porém foram expostos a ordenamentos hierárquicos, a agrupamentos classificatórios, a rituais excludentes, seletivos e reprovatórios. Aí estão essas crianças com percursos escolares truncados de volta à mesma organização hierárquica, seriada, aos mesmos rituais seletivos. Esses jovens e adultos são a expressão mais eloquente de que não é suficiente proclamar direitos abstratos, generalistas, mas é necessário reconhecer direitos de sujeitos concretos²¹.

E necessário o constante e efetivo debate acerca das políticas educacionais e direito das mulheres a fim de garantir o cumprimento dos direitos em todas as esferas. Segundo Narvaz et al. (2013)

Essa escola ainda desconsidera uma série de fatores, movimentos e sentimentos dos homens e mulheres em busca da escolarização, mas ainda se constitui como essencial espaço de luta e de conquistas, no que convergem, a EJA e os movimentos de mulheres e movimentos feministas como espaços de reivindicações de direitos.

É necessário, portanto, seguirmos na luta pelos direitos, mas observando para que os discursos se tornem práticos e efetivos na construção de uma escola, de uma EJA de uma sociedade cada vez mais desvinculada da segregação sexual e das práticas preconceituosas em torno da questão de gênero, raça, classe, sexualidade e os mais que virem à tona.

²¹ ARROYO, Miguel. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos**. In: SOARES, Leôncio. (Org.) Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD/MEC/UNESCO, 2006.

CAPITULO II - Mulheres e A Educação De Jovens e Adultos Na Escola Estadual Teotônio Vilela Em Uberlândia- MG

O BAIRRO PLANALTO

Falar sobre o bairro Planalto é muito importante, pois é onde esta localizada a Escola Estadual Teotônio Vilela. As dinâmicas sociais ali presentes interferem diretamente nas atividades da Instituição, bem como na vida dos estudantes, uma vez que é uma comunidade com suas características, sociais, econômicas e culturais.

Localizado na zona oeste de Uberlândia, o Bairro planalto existe desde 1982. Com 34 anos, mais de 25 mil habitantes. Hoje o local que era cerrado, cheio de mato, buraco e com um único orelhão, segundo relato dos moradores mais antigos, hoje possui diversas casas, prédios e uma atividade comercial bastante movimentada, muitos dizem que tudo o que os moradores necessitam pode ser encontrado e adquirido no bairro, evitando assim ter que ir ao centro da cidade²².

O nome do bairro foi inspirado em um banco e uma granja, inaugurados logo no surgimento do bairro. Uma curiosidade é sobre as ruas, estas fazem homenagem a diversas profissões. Podemos transitar no bairro Planalto pela Rua da Secretaria, Rua da Costureira, Rua do Cabeleireiro, Rua do Mecânico e diversas outras profissões. (THIAGO, 2009)

No bairro é oferecida da educação infantil até o ensino médio, por meio das escolas ali presentes, que são: Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Planalto, Escola Municipal Professora Iracy Andrade Junqueira, Escola Estadual Teotônio Vilela e Colégio Integração. Para o atendimento a saúde existe a Unidade de Atendimento Integrado (UAI) Planalto. Estão presentes também instituições como Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), Lar de Amparo e Promoção Humana - Rede de Desenvolvimento Social - 1ª Unidade do LAR.

No campo religioso o bairro possui Centro Espírita, Igrejas Evangélicas e Igreja Católica e para lazer além dos diversos bares, lanchonetes e afins existe também o Grêmio Recreativo de ST/SG de Uberlândia e diversas Quadras de Esportes.

²² THIAGO, Gislene. Especial Jornal Correio: um pouco da história do Bairro Planalto - Uberlândia. **Correio**. Uberlândia, p. 1-1. mar. 2009. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=828584>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

A ESCOLA

A pesquisa para a realização deste trabalho ocorreu na Escola Estadual Teotônio Vilela na cidade de Uberlândia. A escola atende nos três turnos oferecendo do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, do 1º ao 3º ano do ensino médio tradicional e Educação de Jovens e Adultos, sendo esta última destinada a estudantes com 18 anos completos.

A Escola Estadual Teotônio Vilela está em funcionamento na cidade de Uberlândia desde 29 de março do ano 1985. Neste período o local era identificado como Conjunto habitacional Promorar, local que hoje corresponde à Rua da Secretária no bairro Planalto. A construção da escola foi possível devido a um convênio do da Secretaria de Estado da Educação e o Município de Uberlândia, com o objetivo de implantar uma unidade escolar no antigo Conjunto Promorar em Uberlândia.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Teotônio Vilela, em 02 de maio de 1986 a Escola Estadual do “Conjunto Promorar” atendendo o desejo da comunidade escolar recebeu o seu atual nome Escola Estadual Teotônio Vilela. O nome “Teotônio Vilela” é uma homenagem ao político brasileiro que trabalhou arduamente pela redemocratização do país durante e após o governo militar.

A Escola Estadual Teotônio Vilela, trás em seu Projeto Político Pedagógico, elaborado em março do ano 2012, o objetivo geral de seu trabalho que é direcionado a:

Proporcionar um ensino de qualidade que possibilita condições e oportunidades necessárias para que os alunos dominem os códigos culturais básicos da modernidade, desenvolvam suas habilidades humanas no sentido de serem capazes de resolver problemas e tomar decisões com autonomia e competência, seguir seus caminhos aprendendo continuamente, tornando-se cidadãos solidários, participativos e éticos²³.

A Escola oferece ensino fundamental, 6º ao 9º ano no turno da tarde, Ensino Médio, nos turnos manhã e noite e Educação de Jovens e Adultos – EJA- nos turnos manhã e noite. A instituição além do ensino regular trabalha com alguns projetos, sendo, o Projeto de Aceleração para vencer – PAV- nos turnos da tarde e noite que é uma estratégia de intervenção pedagógica, com o objetivo de “Eliminar as distorções idade/ano de escolaridade,

²³ BRASIL. Constituição (2012). **Projeto Político Pedagógico: ESCOLA ESTADUAL TEOTÔNIO VILELA**. Uberlândia

aumentar a proficiência média dos alunos do ensino fundamental.”²⁴ Projeto reinventado o ensino médio que consiste na aplicação de conteúdos interdisciplinares e práticos, com o acréscimo do 6º horário no turno da manhã com o intuito de buscar “a excelência no ensino aprendizagem, garantindo a especificidade da formação do ensino médio na rede pública estadual de Minas Gerais, gerando competências e habilidades para a empregabilidade”. (BRASIL, 2012)

Hoje a escola possui uma unidade anexa que funciona no bairro Canaã. Esta unidade está em funcionamento desde o ano 2002. Em suas duas unidades a Escola Estadual Teotônio Vilela atende mais de 1200 alunos. De acordo com a apresentação, feita pela gestão da escola, dos alunos atendidos, existe diversos problemas de cunho social, econômico e familiar. Os estudantes provem de

Famílias desestruturadas rodeadas de crimes, violências e drogas, com nível social econômico e cultural baixo, dos bairros periféricos: Planalto, Cidade Jardim, Santo Inácio, Jardim das Palmeiras, Canaã, Jaraguá, Mansour, Luizote, Tubalina, Chácaras Tubalina, Morada Nova, Jardim Célia e Zona Rural²⁵.

Assim é entendida a origem dos alunos segundo o Projeto Político Pedagógico da Instituição. Tais afirmações provem da grande recorrência de ligação dos estudantes, ou clientela, como são referidos no documento em questão, com atividades criminosas, principalmente do consumo e tráfico de drogas dentro e fora da escola. O envolvimento dos estudantes em atividades ilícitas pode ser considerado como causadores da desestruturação das famílias, ou o vício pode ser proveniente de uma desestruturação familiar. Independente da ordem que se concretiza, este é um problema de ordem social, que interfere diretamente na questão educacional.

Educadores de ensino fundamental e médio são, cada vez mais, cobrados pelos pais de alunos, direção da escola e pela opinião pública para abordarem a questão das drogas em sala de aula, e para saberem lidar de modo efetivo com alunos que necessitam atenção especial nessa questão.

²⁴ Ibidem

²⁵ Ibidem

Tarefa essa que é extremamente difícil, visto que eles não recebem formação para saber atuar em situação tão específica²⁶.

Esta realidade mencionada interfere diretamente nas aulas dos professores. Trazendo para a Escola Estadual Teotônio Vilela, temos algumas questões mais pontuais em relação à desestruturação das famílias. Observando as dinâmicas de dentro e fora de sala, os professores atuam a maioria do tempo com uma alta carga de stress pela indisciplina, e ao mesmo tempo receio de uma advertência aos estudantes ser “vingada” fora da escola²⁷. Diante desse conflito surge também a cobrança daqueles estudantes que ficam incomodados com a indisciplina em sala de aula, esta que reduz o tempo e qualidade da aplicação dos conteúdos previstos.

A falta de diálogo, participação da família para com a escola aparecem como barreiras para o bom desenvolvimento das dinâmicas educacionais. No Ensino Fundamental e Médio, onde os alunos são menores de idade, a família, não diferente dos outros níveis de ensino é muito importante, porém neste momento se faz necessária a articulação mais desenvolvida, já que os pais respondem legalmente pelos estudantes, diferentemente no EJA, onde os estudantes já atingiram a maior idade.

A modalidade EJA começou a ser oferecida nos anos de 2007 e 2008 com o 1º, 2º e 3º ano do ensino médio, que estão disponíveis até a presente data. No ano de 2012 a escola possuía apenas 04 turmas de EJA no turno da noite, hoje oferece 06 turmas no turno da noite e uma turma no turno da manhã, podemos observar um crescimento de quase 100% no atendimento de alunos na educação de jovens e adultos. Sobre os objetivos da educação de jovens e adultos a escola trabalha com o objetivo de:

Efetivar o direito a educação de jovens e adultos, que por algum motivo, tiveram o percurso escolar interrompido quando criança ou adolescente. O EJA é uma modalidade de educação inclusiva, por ter como objetivo desenvolver em seus alunos as competências necessárias para a aprendizagem dos conteúdos propostos, que devem ser trabalhados de maneira contextualizada, valorizando e respeitando as suas experiências anteriores²⁸.

²⁶ PORTO ALEGRE. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **DROGAS NO CONTEXTO ESCOLAR**. 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psicoeduc/wiki/Drogas_na_Escola>. Acesso em: 20 jun. 2016.

²⁷ Estas análises foram feitas com base no turno da noite, além de relatos de professores da Escola Estadual Teotônio Vilela sobre as experiências vividas nos três turnos, quando se aplica.

²⁸ BRASIL. Constituição (2012). **Projeto Político Pedagógico**: ESCOLA ESTADUAL TEOTÔNIO VILELA. Uberlândia.

A pessoa que existe fora dos muros da escola não precisa se anular para a absorção do conteúdo formal dentro da mesma. Saberes de todos os níveis e categorias podem e devem caminhar juntos para a edificação de uma identidade, conhecimento, consciência, onde as características de cada sujeito apareçam em todos os processos educativos e/ou culturais sem nenhum tipo de resistência ou negação por parte do outro. Inspira-nos o pensamento de Paulo Freire:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, (...) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Porque não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas das cidades descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. (...) Porque não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Porque não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles tem como indivíduos?²⁹

Ao invés de “a escola não têm nada a ver com isso”, sim, a escola tem tudo a ver com isso, e inclusive pode ser agente de grandes mudanças. A aproximação de práticas educativas e culturais viabiliza a edificação de um processo de ensino comprometido com os sujeitos sociais. (FREIRE, 1996),

Apesar de no Projeto Político Pedagógico a escola abordar a pluralidade e inclusão no processo educacional de jovens e adultos, no regimento interno da mesma, encontramos um artigo que trata da Educação de Jovens Adultos que podemos ler:

A educação de jovens e adultos destinada àqueles que não tiveram acesso à continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. No nível do ensino médio, para maiores de dezoito anos acima. O perfil do aluno será que vem proveniente do ensino Fundamental EJA, e com defasagem de ensino³⁰.

²⁹ FREIRE, Paulo. Pedagogia da **autonomia**: saberes necessários à prática educativa. —São Paulo: Paz e Terra, 1996, -- (Coleção Leitura).

³⁰ BRASIL. Constituição (2016). Regimento Interno: ESCOLA ESTADUAL TEOTÔNIO VILELA. Uberlândia.

Dessa forma deixa transparecer os preconceitos e exclusão dos indivíduos frequentadores dessa modalidade de ensino. Eles já ingressam com um perfil de defasagem escolar, e em contato com professores do EJA, estes alegaram ser este um motivo pelo qual, não cobram dos estudantes do EJA como cobram dos estudantes do Ensino Médio Tradicional.

CONHECENDO MELHOR A REALIDADE DAS MULHERES DA EJA

Para conhecermos um pouco mais da realidade das mulheres presentes na EJA da Escola Estadual Teotônio Vilela e as dinâmicas escolares, optamos por fazer uma observação seguida da aplicação de um questionário. A Escola oferece do ensino fundamental ao ensino médio tradicional e EJA. No entanto, direcionamos nossas análises para as turmas de ensino médio da EJA do turno da noite, com o intuito de perceber melhor as dinâmicas desse período e o perfil das mulheres que necessitam utilizar o período da noite para concluir os seus estudos. Para iniciar as análises fizemos um levantamento do número de matrículas e evasão de mulheres e homens no ano de 2016. Chegamos aos seguintes números:

FREQUÊNCIA DE MATRÍCULA E EVASÃO DE MULHERES E HOMENS				
MATRICULAS			EVASÃO	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
1º EJA A	20	07	03	01
1º EJA B	16	20	06	04
2º EJA B	19	14	-	-
2º EJA C	17	15	03	03
3º EJA A	24	15	-	-
3º EJA B	12	22	-	-
TOTAL	108	93	12	08
TOTAL GERAL	201		20	

As salas de aula eram em geral vazias, apesar de um grande número de matrículas. Analisando os números podemos perceber que as mulheres representam mais de 50% das matrículas na Educação de Jovens e Adultos, assim como também representam mais de 50% no quadro de evasão. Esses números também comprovam que 70% da evasão ocorrem no 1º ano, o que talvez embase o motivo da maior presença de adultos e idosos no mesmo, e ausência nos 2º e principalmente no 3º ano EJA. Do número de estudantes que evadiram no ano de 2016 ainda no 1º ano, as mulheres representam 65%. Isso nos mostra que a permanência das mulheres na escola ainda passa por uma série de desafios maior que a dos homens.

Ao longo das semanas de observação das aulas de História ministradas na Educação de Jovens e Adultos tivemos a oportunidade de perceber muitas questões importantes para pensarmos a presença das mulheres na EJA. Utilizando os relatos de um dia de observação temos uma série de elementos norteadores para as discussões em torno da permanência das mulheres nas salas de aula. Começando pelo 1º ano B, tínhamos presentes em sala no primeiro horário 17 estudantes, sendo 10 homens e 07 mulheres. Mesmo o número de mulheres matriculadas sendo maior, a frequência não segue a mesma proporção. Levando em consideração que no início do segundo horário é liberada uma segunda entrada, quando algumas mulheres chegam, concluímos também que, quando chegam somente para o segundo horário, existe uma série de fatores que as impediram de chegar no início da aula. São fatores que passam pelo âmbito doméstico e profissional. As mulheres enfrentam dificuldades para a alfabetização na idade adulta, são dificuldades impostas pela vida profissional, social que somadas ocasionam o esgotamento físico e mental, tornando a permanência na EJA um grande desafio. (ROSEMBERG, 1994 apud ALMEIDA, 2015).

Passando para o acompanhamento da aula no 2º ano, ao entrar na sala nos deparamos com uma estudante acompanhada de sua filha de 07 anos de idade. A criança sentou-se em uma carteira atrás da carteira de sua mãe, e ali ficou fazendo as tarefas da escola enquanto sua mãe participava da correção dos exercícios sobre a Revolução Industrial. Essa situação das crianças acompanhando mulheres na escola não é exceção. Podemos nota-la também nas universidades. Mulheres podem até trabalhar ou estudar. Mas para fazê-lo precisam enfrentar sozinhas o que fazer com as crianças. Não podem estar a vontade, livres. A presença da filha é o arranjo possível. Reflete a não divisão do cuidado com as crianças por homens e mulheres.

A professora de História mencionou que sempre tenta trazer elementos dos conteúdos trabalhados para a vida dos estudantes e assim inseri-los em debates. Dessa forma, durante a

correção dos exercícios sobre a Revolução Industrial, mencionou sobre as realidades de homens, mulheres e crianças dentro das fábricas e em sequência perguntou para (as) os estudantes se eles ainda percebem a diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Após esse questionamento houve um grande alvoroço na sala. Mulheres e homens tentando defender seus pontos de vistas. Tivemos diversas contribuições. Alguns homens, a minoria, se manifestaram dizendo que antigamente era pior, mas hoje dentro da casa deles tudo é dividido. Algumas mulheres rebateram, dizendo que elas além de fazerem tudo dentro de casa têm que trabalhar e estudar. Uma das estudantes mencionou que fica tão cansada quando chega do serviço que não pode tomar banho para ir para escola, senão ela dorme, e não consegue ir. Outra estudante disse que tem mulher que não sabe trabalhar, ela, por exemplo, tem uma tia que fica o dia inteiro dentro de casa e o marido que trabalha e paga todas as contas, sendo assim sua tia tem uma vida muito boa, porque se ela pudesse ficar sem trabalhar e ser sustentada pelo marido o faria.

O julgamento do que é ser feminino ou masculino é construído, reformulado e reforça as relações de poder existentes entre os gêneros. Isso ocorre porque o poder é forte. O poder reprime, mas essa não é a sua exclusividade, pois ele convence nas relações. Ao mesmo tempo em que cria hierarquias, ele fabrica, adentra, molda, constrói necessidades, opiniões e ações³¹.

Isso nos mostra como a dominação masculina impregna as ideias de mulheres e homens. A última estudante que mencionou o desejo de ser sustentada pelo marido ressalta as mudanças nas configurações familiares, principalmente no que diz respeito aos papéis das mulheres e homens dentro dos lares. No entanto, o papel da mulher no mercado de trabalho foi agregado às tarefas ditas femininas, sobrecarregando cada vez mais as mulheres, que até hoje possuem jornadas de trabalho intermináveis, pois o prolongamento doméstico a exige durante todo o tempo que se faz presente. O desejo dessa mulher pelo retorno a obrigação somente com o doméstico mostra as marcas desse poder além da necessidade de avanços em relação a vida social e profissional das mulheres, ainda existe muito o que evoluir e melhorar.

³¹ ALMEIDA, Leila de Souza. “Recebi um diploma, realizei um sonho”: mulheres e educação de adultos em Januária. In: MAIA, Cláudia; PUGA, Vera (Org.). **HISTÓRIA DAS MULHERES E DO GÊNERO EM MINAS GERAIS**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2015. p. 1-552.

Nesta turma de segundo ano foi possível realizar essas discussões porque eram dois horários seguidos, em somente um horário não seria possível dar conta da correção dos exercícios, que também era explicação para prova e debater a questão.

Chegando a turma do 3º ano, a turma possuía o maior número de estudantes, maioria mulheres mais jovens. A aula foi conduzida com explicação da matéria, sem interrupções.

Pensar na formatação das salas de aula também nos fornece algumas características quanto o comportamento de homens e mulheres. Em todas as turmas que estivemos presentes, a maior parte das mulheres sentam-se na primeira fila, alguns grupos até unem as carteiras, para se ajudarem durante as aulas. No final da sala está concentrada a maior parte dos homens e algumas mulheres também. O meio da sala fica vazio. O nível de comprometimento com a explicação da aula bem como execução das atividades propostas pelos professores é muito diferente nesses dois grupos. O “pessoal do fundão” como se referem os estudantes que sentam mais a frente e professores, são os causadores de tumultos e interrupções durante a aula.

Em outro dia de observação, no período do intervalo a Vice-diretora, abordou a professora de História dizendo que uma aluna havia ido a sua sala após a aula, reclamar que os “meninos”, segundo as palavras dela, estavam fazendo muita bagunça. Ela por sua vez estava muito cansada porque trabalhou o dia inteiro e não estava conseguindo prestar atenção na aula frente a tanta bagunça. Conversando com a professora sobre o assunto, a mesma mencionou que também fica muito incomodada com isso, mas por medo de repressão dos estudantes em questão, ficava com receio de tomar providências mais drásticas, uma vez que vai embora todos os dias sozinha de transporte coletivo, ficando assim exposta a represálias

Enquanto observamos a dinâmica das aulas e funcionamento da escola em geral, todos os dias a Vice-diretora passava em todas as turmas fazendo chamada, para verificar o quantitativo de faltas, além da chamada feita por cada professor em sua aula.

De todas as turmas a maior quantidade de adultas (os) e idosas (os) está no 1º ano. No entanto a formação das salas de 3º ano se dá por um público que está nos primeiros anos da idade considerada adulta. Isso nos leva a pensar sobre evasão, uma vez que esse fenômeno da retomada dos estudos por parte da população adulta e idosa se repete todos os anos, segundo professores e direção da Escola em questão.

Segundo Almeida (2015) as mulheres desfavorecidas economicamente enfrentam desafios maiores para ingresso e permanência na escola. Muitas vezes as mulheres abrem mão dos estudos na chamada “idade regular” em favor de casamento, maternidade, cuidados com o lar. Esses fatores que corroboraram para essa decisão tornam-se perenes, uma vez que são

elementos que influenciam diretamente a volta e permanência na escola através da educação de Jovens e adultos.

Almeida (2015) destaca que em grande parte dos casos a família é responsável pelo afastamento das mulheres da escola. Através de discriminações quanto ao sexo e “função social” da mulher. A ideia de submissão e subserviência que existe e persiste há séculos, ganha força através das falas nesse sentido que permeiam o ambiente doméstico. Almeida (2015) afirma que *aos poucos, os anseios de escolarização vão desaparecendo diante dos múltiplos papéis impostos pelo casamento, ou seja, doméstica, esposa e mãe.*

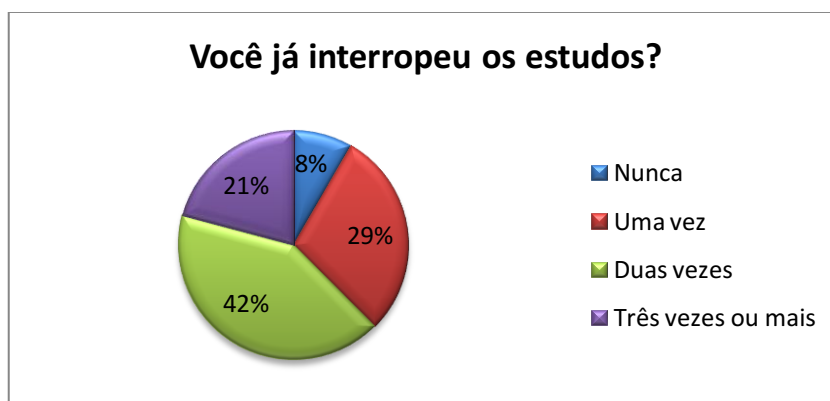
a preocupação com a família e os afazeres da casa refletem a permanência na cultura popular, de resquícios de subalternidade que a mulher sofreu (e sofre) na sociedade brasileira por ter sido imposta a ela a esfera doméstica (...)³²

Sabendo que estes desafios infelizmente são recorrentes, este foi um dos pontos abordados no questionário aplicado. O questionário foi aplicado nas turmas de 1º, 2º e 3º ano do EJA, somente para as mulheres. Escolhemos trabalhar somente com o questionário de mulheres, uma vez que buscávamos mais elementos para analisarmos o perfil social das mesmas, assim como fatores para compreender os números que indicam maior ingresso e evasão de mulheres na EJA. Há uma série de produções acadêmicas que nos fornecem elementos históricos para pensarmos acerca dos índices apresentados, porém, tratando-se de um trabalho direcionado às mulheres da EJA da Escola Estadual Teotônio Vilela, e estas estavam dispostas a colaborar com a pesquisa, decidimos por colher os dados das próprias mulheres, e assim agregar às produções acerca de educação e gênero análises de um novo recorte temporal e espacial, com as protagonistas deste processo.

De 96 mulheres atualmente matriculadas na EJA no noturno, conseguimos um total de 24 questionários respondidos. Na data de aplicação estavam presentes apenas 25% das mulheres. Esse fato não se deu somente no dia da aplicação do questionário, durante o período de observação tivemos a oportunidade de constatar um grande esvaziamento das salas durante os dias da semana.

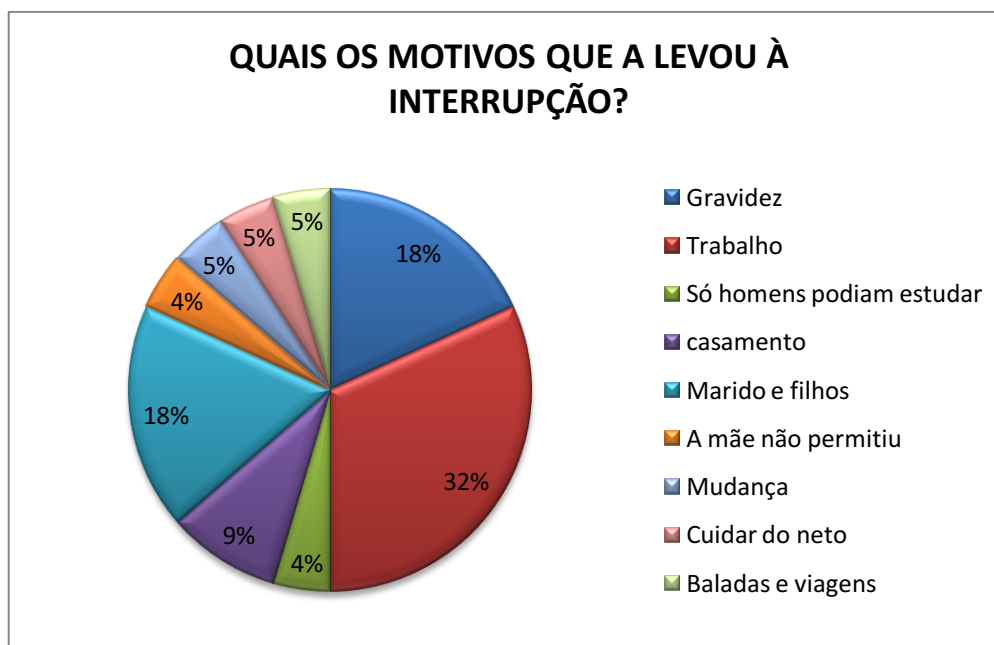
³² ALMEIDA, Leila de Souza. “Recebi um diploma, realizei um sonho”: mulheres e educação de adultos em Januária. In: MAIA, Cláudia; PUGA, Vera (Org.). **HISTÓRIA DAS MULHERES E DO GÊNERO EM MINAS GERAIS**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2015. p. 1-552.

Iniciando a análise das informações colhidas através do questionário aplicado, já começamos com um importante dado, que revela a quantidade dessas mulheres que já interromperam os estudos.

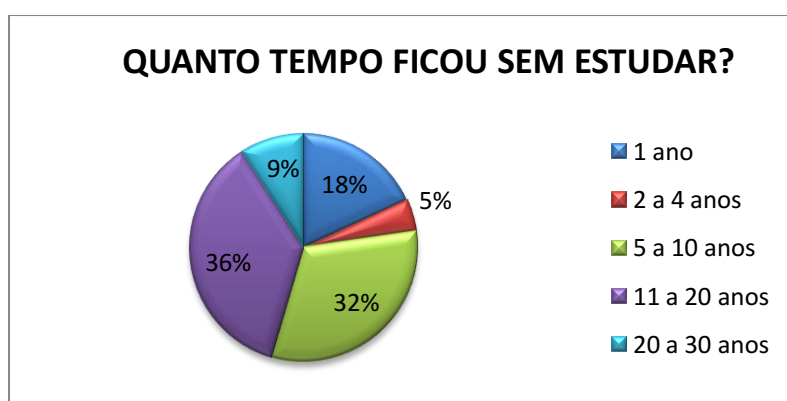


É importante destacar que mais de 90% das mulheres dessa amostra interromperam seus estudos em sua maioria duas vezes ou mais. Com isso observamos a dificuldade que a escola tem de garantir a permanência e conclusão com qualidade, para o conjunto da população, situação mais grave ainda em relação à Educação de Jovens e Adultos. Essa questão é importante para pensar o fracasso escolar porque as idas e vindas para a escola sem conclusão pode provocar nas educandas o sentimento de frustração e culpabilização de si mesmas por não terem êxito.

Se já começaram e pararam seus estudos mais de uma vez, quais seriam as razões? Questionamentos como esses são muito importantes para identificarmos os fatores que vem influenciando a decisão dessas mulheres que interrompem os estudos. Sendo assim perguntamos de forma aberta quais os motivos que as levaram a interrupção dos estudos. Tivemos uma série de respostas para além de trabalho e gravidez. Pelo que nos foi indicado pudemos perceber resquícios de um período onde o direito da mulher era menor ainda, no meio social e familiar, assim como podemos perceber também decisões provavelmente embasadas pelo mercado de trabalho atual, levando em consideração que maior parte (32%) mencionou trabalho como seu motivo de interrupção. Podemos analisar a seguir:



Assim observamos que a visão de que a escola não é um lugar para mulher, embora desatualizado pela realidade, uma vez que as mulheres já são a maioria em todos os níveis de ensino, da educação básica ao doutorado, continuou sendo um empecilho para as mulheres que estamos estudando. Tais empecilhos podem trazer atrasos que vão de poucos anos a décadas, como podemos perceber através dos dados inseridos abaixo:

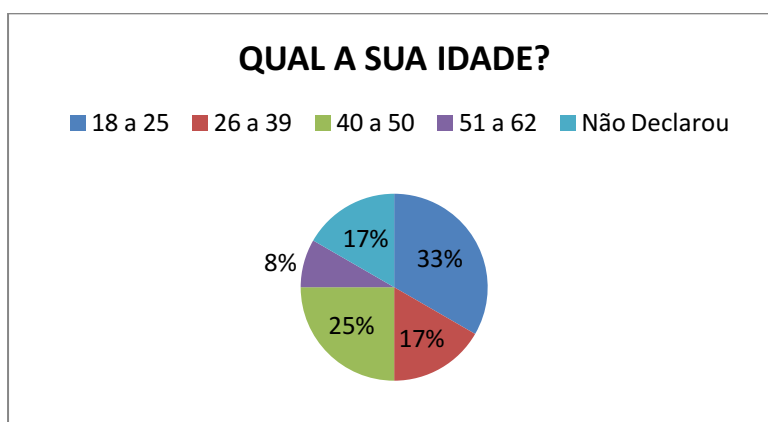


Somando o número de mulheres que ficaram mais de uma década sem estudar temos 68% das estudantes. Este número aponta a paulatina conquista de espaço e abertura de diálogos acerca da educação de jovens e adultos. Considerando que a EJA é para estudantes que já completaram 18 anos, o retorno dessas mulheres após mais de uma década sem frequentar o ensino regular, reforçam e impulsiona a luta das mulheres rumo à igualdade e cumprimento de seus direitos.

Para conhecermos um pouco mais a realidade econômica, familiar e educacional das mulheres matriculadas na educação de jovens e adultos na Escola Estadual Teotônio Vilela, aplicamos um questionário com questões que nos trouxeram dados para analisar essas realidades.

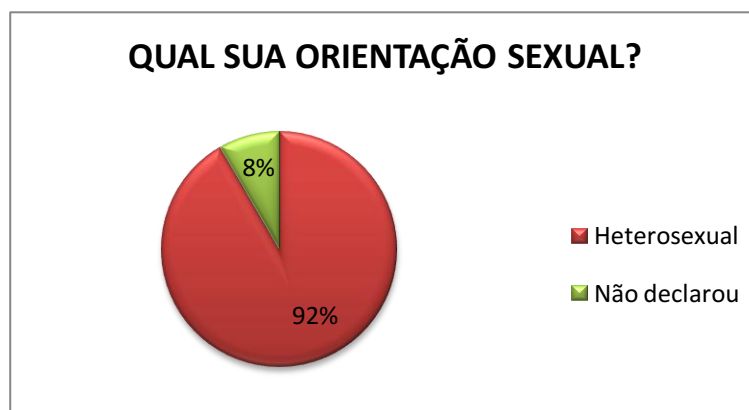
Ao iniciar a tabulação dos dados, chamou-nos a atenção sobre a cidade de origem dessas mulheres. Grande parte não é natural da cidade de Uberlândia. Foram mencionadas cidades de Minas Gerais assim como de outros estados: Estrela do Sul MG, Capinópolis MG, Uberlândia MG, São Paulo SP, Prata MG, Pontalina GO, Tupaciguara MG, Arenapolis MT, Abadia dos Dourados MG, Bom Jesus GO, Maracana PA, Brasília DF, Ituiutaba MG. Existe um grande número de mulheres de outras cidades em Uberlândia, isso nos faz pensar a respeito da manutenção e oferecimento da educação para toda a população. Pensar o grande número de pessoas que estão migrando para Uberlândia implica pensar também na oferta de ensino, que é direito de mulheres e homens independente da naturalidade.

Quanto à idade das mulheres podemos perceber uma grande diversidade. Após a tabulação chegamos aos seguintes números:



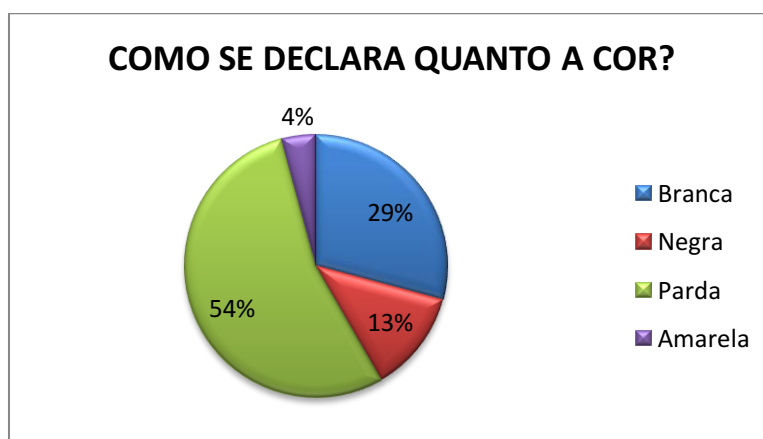
Através do gráfico podemos perceber que as mulheres presentes na educação de jovens e adultos, não são como muitas vezes pensamos somente aquelas de idade mais avançada. A EJA é uma alternativa desde aquelas que acabaram de entrar na idade adulta e devido a diversos motivos, dos quais falaremos a seguir, não puderam cursar o ensino médio regular, até as mulheres que interromperam seus estudos na chamada “idade certa”.

No questionário, foi perguntado acerca da orientação sexual com uma questão que trazia como opção de resposta: heterossexual, homossexual e outro; este último com um espaço para acrescentar a orientação que julgasse ser a sua. Tivemos os números demonstrados no gráfico abaixo:



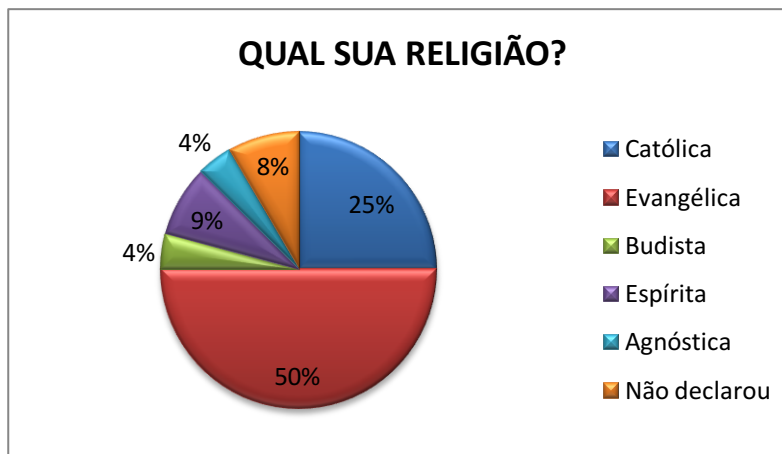
Um fator que nos chamou atenção no momento da resposta desta questão foi que, grande maioria das mulheres de todas as turmas em que o questionário foi aplicado não sabia do que se tratava o termo “orientação sexual”, “heterossexual”, “homossexual”. Em alguns casos, quando não fomos solicitadas para esclarecer o significado, foi marcada a opção “outro” e no espaço para descrever estava “gosto de homem”. Pode parecer algo simples, mas esta questão nos faz pensar a forma de ensino, abordagens econômicas, sociais e culturais previstas para ocorrer dentro de sala de aula, previstos no próprio Regimento Interno da Escola, onde lemos no artigo 29: Os temas transversais (Ética, saúde, educação sexual, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, consumo, ciência e tecnologia, a cultura e as linguagens) serão integrados aos conteúdos das áreas de conhecimento. (BRASIL, 2016)

As mesmas dúvidas ocorreram quanto à cor, no entanto, achamos melhor estimulá-las a responderem o que achavam sem explicações de terceiros, e assim tivemos os seguintes números:



Assim, podemos observar uma significativa maioria das mulheres são pardas, agregando pardas e negras temos 67% das respondentes do questionário. Esse dado confirma

que para as mulheres negras tem sido mais difícil o acesso à educação escolar. Quanto à religião de cada uma tivemos os seguintes números:

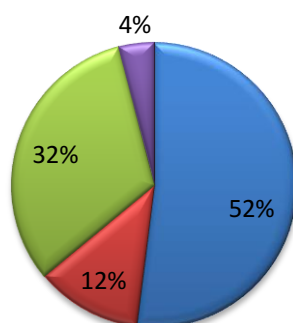


A pergunta sobre religião foi feita de forma fechada, havendo também espaço para acrescentarem alguma outra, caso as opções trazidas pelo questionário não contemplasse alguma participante. Podemos perceber que metade das mulheres que responderam o questionário é evangélica. Pautado pelo que a mídia e convivência com evangélicas apresentam para nós, podemos perceber que os preceitos da Igreja Evangélica em relação à mulher não são discrepantes dos que a Igreja Católica já pregou tão ativamente e ainda hoje considera de uma forma mais velada. Levando em consideração este número podemos deduzir que o pensamento acerca da mulher difundido ao longo séculos, que a mulher é responsável pela casa e o marido pelo trabalho formal, contribui para reforçar um lugar para a mulher, centrado no cuidado com a casa, marido.

Superada em grande parte essa presença feminina exclusiva no espaço doméstico, ainda surgem iniciativas arbitrárias dentro dos lares. As mulheres passam a ter que aumentar a renda familiar, no entanto, muitas têm seus lugares de atuação limitadas pelos companheiros, pais ou mesmo pela falta de conclusão dos estudos. Ainda hoje muitas possuem renda proveniente de “bicos” e/ou trabalhos considerados femininos e pouco valorizados, como, manicure, faxineira, babás, artesã, cuidadora. Podemos perceber essa realidade também através dos gráficos abaixo que nos trazem a ocupação e renda mensal das mulheres que responderam ao questionário.

QUAL SUA RENDA MENSAL?

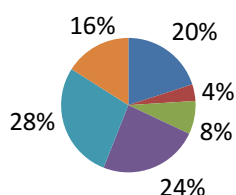
- Não possui renda
- Até R\$880,00
- De R\$880,00 a R\$2664,00
- De R\$5328,00 a R\$7920,00



Somando as mulheres que não possuem renda com as que recebem até R\$888,00, temos 64% das mulheres recebendo menos de um salário mínimo, sendo que do número restante apenas 4% possuem uma renda acima de R\$5.000,00. Na cidade de Uberlândia, onde a renda média salarial é de 2,7 salários mínimos³³, temos uma amostra nesta pesquisa, que apenas 44% das mulheres dentro e acima da média salarial. Isso nos leva a pensar acerca da posição que as mulheres ocupam no mercado de trabalho. As 24 mulheres participantes da pesquisa que estão no mercado de trabalho ocupam os seguintes cargos:

EM QUE TRABALHA ATUALMENTE?

- No comércio, banco ou outros serviços.
- Como funcionária do governo federal, estadual ou municipal
- Trabalho em minha casa informalmente (costura, cozinha, artesanato)
- No lar (sem remuneração)
- Não trabalho.
- Não declararam



³³

Podemos perceber que a principal ocupação das mulheres ainda é com o espaço doméstico e atividades que são consideradas essencialmente femininas, como costura cozinha e artesanato. Outro fator que chama a atenção é que os 24% das mulheres que trabalham no “lar” não recebem remuneração, o que nos mostra que a atividade doméstica segue com o estereótipo de “obrigação da mulher” sendo desnecessária a remuneração.

Steil³⁴ trabalha em torno do conceito “teto de vidro” que foi um conceito criado nos EUA na década de 80, para nomear a barreira que as mulheres enfrentam para ascender em suas carreiras profissionais. O nome deve-se ao fato dessa barreira ser praticamente invisível, no entanto, está ali, impedindo o crescimento profissional das mulheres dentro das empresas e organizações. Dados nos mostram que o número de mulheres adentrando o mercado de trabalho formal é cada vez maior, inclusive no Brasil. Mesmo com a presença maciça de mulheres dentro das organizações, o preconceito continua e é repostado, a partir de diversas diferenciações acerca do gênero. Segundo estudo que a autora utiliza em seu artigo, a discriminação dentro das organizações são feitas das formas mais sutis possíveis. Dessa forma, fica mais difícil de detectar e estudar.

Steil (1997) utiliza diversas pesquisas para se pensar os fenômenos do “teto de vidro” dentro das organizações. Em relação à oportunidade de desenvolvimento profissional e o teto de vidro, pesquisas mostram que homens têm receio de designar tarefas desafiadoras para mulheres, as mulheres poucas vezes são designadas para liderarem empresas em outro país, pois, seus chefes temem que sejam descriminadas e não alcancem o sucesso esperado para a empresa. Enfim, dentro das organizações, enquanto a seleção tem um parâmetro sistemático, é mais fácil o acesso das mulheres, no entanto aquelas organizações fazem as seleções de forma aleatória, os treinamentos e dinâmicas infelizmente na maioria das vezes irão tender para beneficiar pessoas do sexo masculino.

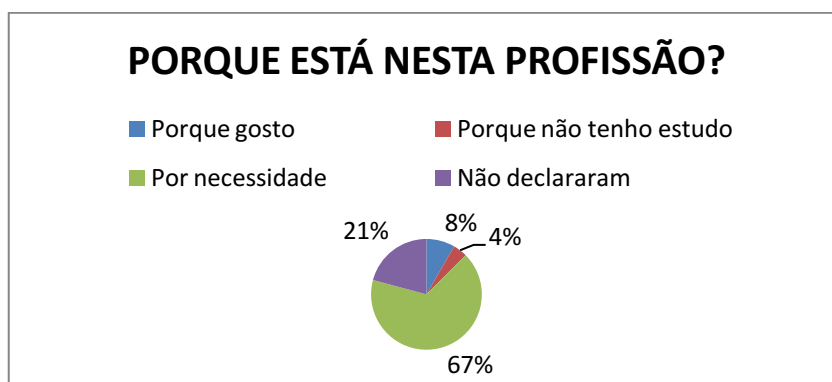
O estabelecimento do teto de vidro, logo, a dificuldade de crescimento das mulheres dentro das organizações, está ligado a uma série de preconceitos e relações de gênero que foram sendo engendradas na sociedade. Como podemos perceber na questão do comprometimento organizacional e gênero que Steil (1997) aborda. Os homens são vistos como mais comprometidos, por uma questão histórica, que os coloca como principais mantenedores da casa, logo devem se ocupar mais do trabalho externo por uma questão do

³⁴ STEIL, Andrea Valéria. Organizações gênero e posição hierárquica - compreendendo o fenômeno do teto de vidro. Ver de Administração, SP, v. 32, n.3, jul/set 1997, p. 62, 69.

seu lugar social, diferentemente da mulher. Ainda pesa sobre as mulheres as tarefas de cuidado com crianças, doentes, deficientes, idosos, e toda uma carga em relação à família, dificultando que ocupem outras funções no trabalho e na política. Se esse cuidado é essencial para a sobrevivência do humano, o que se espera é que possa ser praticado por homens e mulheres, possibilitando o alargamento dos papéis atribuídos a ambos.

Segundo Steil (1997), os homens não abrem espaço nas atividades “ditas” masculinas para as mulheres com medo de tirarem a credibilidade da profissão, assim como a maioria deles, acreditam ser humilhante executar tarefas ou estar em cargos “ditos” femininos, tudo isso também imbuído da questão da identidade social, determinada pelo sexo, que é criada e estabelecida. Dessa forma, diante de todos os aspectos sociais e organizacionais, é possível traçar alguns parâmetros e tecer alternativas para dar início à um processo de minimização e extermínio do fenômeno que é conhecido como teto de vidro, uma violência contínua e silenciosa, sofrida cotidianamente por mulheres de todo o mundo.

Essas interdições na vida das mulheres talvez expliquem porque as mulheres respondentes não se sentem realizadas com sua inserção no mercado de trabalho, a maioria a profissão não vem ao encontro de uma realização pessoal, mas sim por necessidade, como podemos ver no gráfico abaixo:



Em nossa sociedade capitalista e com significativos traços patriarcais, Kergoat (1986) faz uma análise muito importante, acerca da potencialização do trabalho produtivo e reprodutivo. O trabalho assalariado, a fábrica, a indústria, são fortes, senão os principais tradutores do sistema capitalista no qual estamos inseridos. Sempre tratado com muita naturalidade e diversas problematizações, o operariado é tema de diversos estudos. No entanto o que a autora chama atenção é que muitas vezes, e até mesmo inconscientemente, é legado apenas ao homem a ocupação legítima no campo de trabalhado assalariado, ficando a cargo

das mulheres o trabalho de reprodução da mão de obra. Dentro do mundo do trabalho, as mulheres durante muito tempo ficaram invisíveis, e somente a partir dos desdobramentos dos movimentos feministas é que as mulheres foram adquirindo visibilidade dentro desse contexto. (KERGOAT, 1986)

Todavia a questão se alarga uma vez que as produções e expansão do mundo do trabalho não cessam, e ao mesmo tempo não “encontram” mais mulheres, para continuar – um trabalho sociológico – legítimo, acerca do mundo do trabalho em todas as suas abrangências de forma não restrita aos homens. Para entender tais questões Kergoat disponibiliza algumas vias de análise para identificarmos os impasses presentes entre trabalho produtivo e reprodutivo. A respeito da formação das mulheres, muitos estudiosos estão de acordo é que, se as mulheres ocupam postos inferiores, é porque a formação das mesmas é inferior. No entanto, observando por uma ótica não patriarcal, observamos que o que realmente acontece é que as mulheres recebem formação para ocupar postos pré- determinados pela sociedade de um modo geral, e essa formação não se restringe à educação formal, mas a familiar e informal, onde as meninas são criadas sendo ensinadas a serem delicadas, prestativas, rápidas. Essa realidade faz com que muitos associem as qualidades supracitadas a uma questão biológica. Logo, as atividades que necessitam de tais predicados devem ser deixadas para as mulheres. (KERGOAT, 1986)

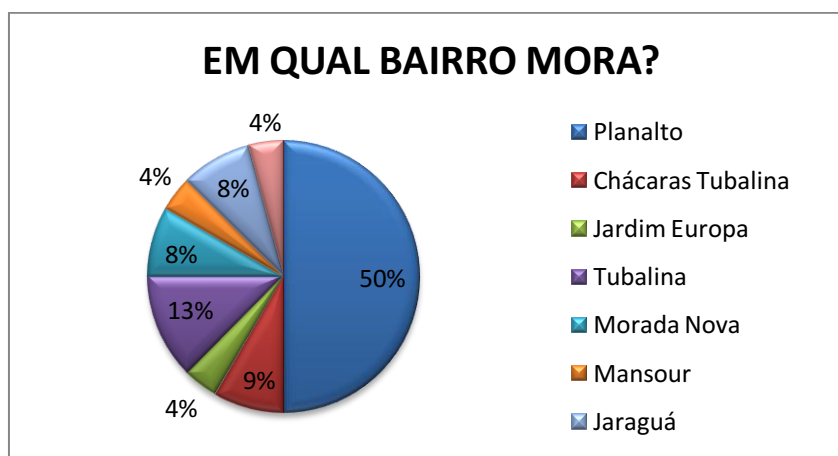
A partir de outro estudo Kergoat (1986) nos revela o posicionamento de dois grupos de homens acerca da divisão sexual do trabalho. O primeiro defende o que as mulheres devem ser destinadas ao trabalho de manutenção da família, reprodução, por questões naturais, enquanto os homens se encarregam do trabalho externo (assalariado, fabril). O segundo grupo, não se opõe a presença de mulheres no mercado de trabalhos, porém, coloca como problemáticas, as questões sociais existentes nas questões de divisão do trabalho, ou trabalho reprodutivo e produtivo. Segundo a autora, esses dados revelam que não se deve perpetuar um cenário de lutas, dicotomias entre homens e mulheres, ou mesmo classificar da mesma forma todos os pensamentos originários dos homens. Percebemos que existem homens sim com o pensamento “minha mulher não trabalha”, que além de tratar a mulher como propriedade a exclui do trabalho produtivo, amparando-se em justificativas biológica, naturais. Assim como, temos também aqueles homens que acreditam na divisão do trabalho, mas reconhecem muitos problemas sociais em torno da questão.

Dessa forma, o trabalho não se deve direcionar no sentido de mudar discursos, substituir um por outro, mas sim recuperar conceitos, sociologicamente, dando a devida amplitude, de forma que não restrinjamos as análises de gênero dentro do mundo trabalho a

casa e à fábrica. É preciso um trabalho coletivo, para se entender como estabelecem e reproduzem as relações, uma vez que os conceitos aqui trabalhados não se restringem a si mesmos, mas ao contrário, podem e devem associar-se de forma livre de censuras e preconceitos, especialmente de gênero.

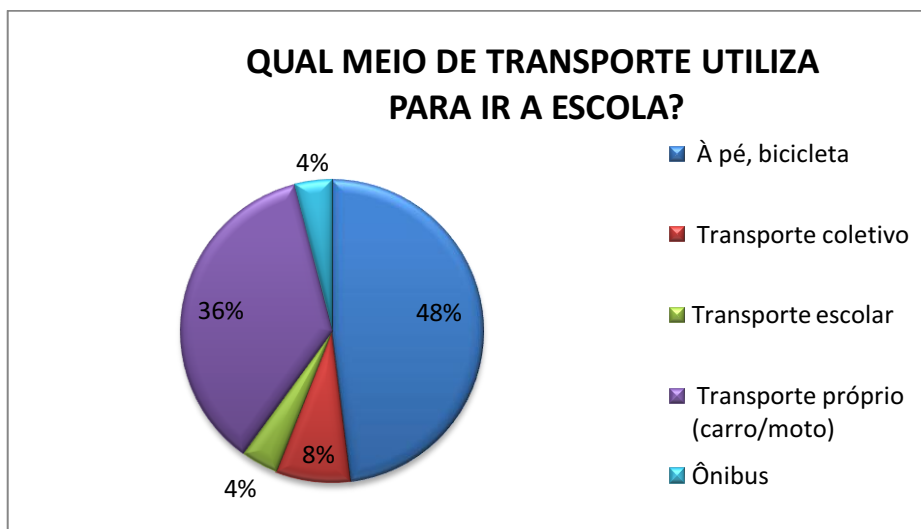
A questão do trabalho produtivo/reprodutivo, não é isolada. Reconhecemos que a mulher tem uma participação maior no processo reprodutivo, no entanto, uma vez superada essa fase, é da alçada do homem e da mulher assumirem as mesmas responsabilidades no que diz respeito ao trabalho de manutenção da família (educação e cuidados básicos), assim como devem concorrer igualmente na divisão do trabalho externo. As diferenciações de sexo e questões de gênero não impedem que indivíduos aprendam e apliquem as mesmas coisas.

Encaminhando para uma análise socioeconômica das mulheres presentes na EJA da Escola Estadual Teotônio Vilela temos alguns dados que serão melhores visualizados através dos gráficos apresentados. Detectamos que metade das mulheres que responderam ao questionário mora no bairro Planalto, este que possui altos índices violência inclusive nos arredores da escola. No entanto mulheres de outros bairros se deslocam diariamente para assistir as aulas, como podemos ver abaixo:



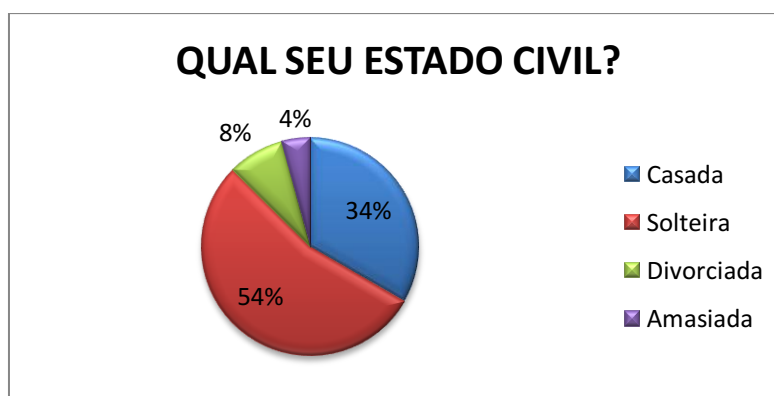
Os Bairros Chácaras Tubalina, Jardim Europa, Tubalina são bairros vizinhos ao Planalto, bairro onde esta situada a Escola, no entanto foi citado também o bairro Morada Nova, classificado pelas alunas que lá moram, como zona rural. Este bairro está a aproximadamente 16 quilômetros de distância, o trajeto de carro próprio sem trânsito, tem a

duração de 22 minutos³⁵, como o trânsito nessa região é movimentado, provavelmente este tempo de distância será consideravelmente aumentado. Podemos observar no gráfico a baixo que maior parte vai para a escola a pé ou de bicicleta:



Considerando os números podemos observar que independente de serem os bairros vizinhos ou a zona rural como mencionada, existe um esforço e investimento diário com combustível, passagem ou mensalidade para chegar até a escola. Além do esforço físico muitas vezes após um dia de trabalho se torna frequente também o esgotamento mental.

Observamos que a maioria das mulheres dessa amostra é solteira, correspondendo a 54% das respondentes.

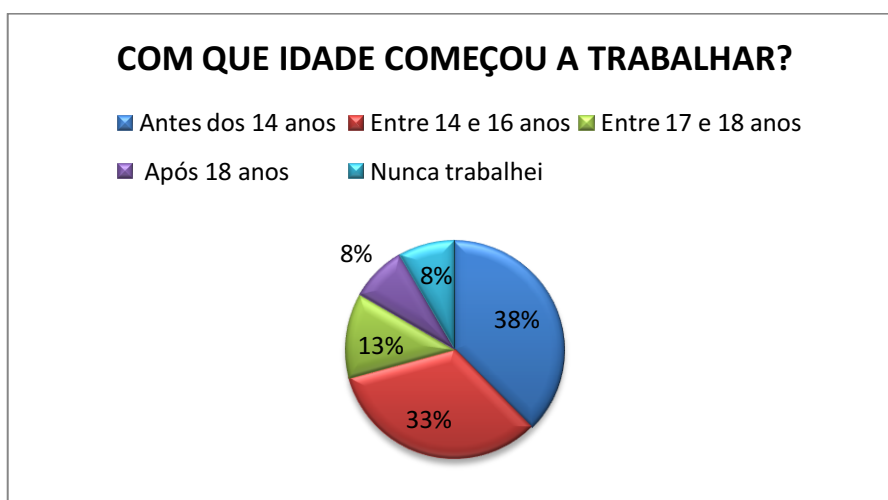


Se analisarmos esse dado com as razões para a interrupção no estudo talvez possamos compreender porque quem está no EJA são na maioria mulheres solteiras ou divorciadas, uma

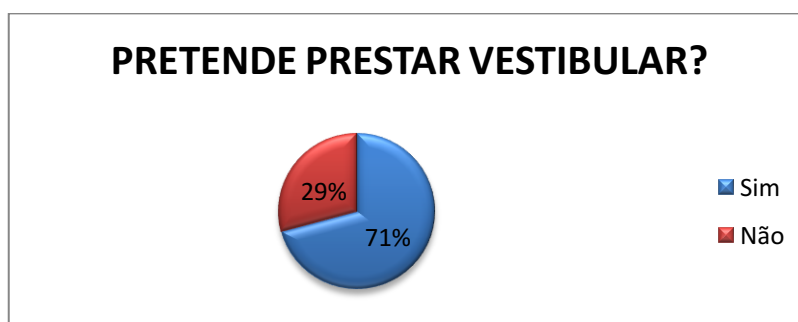
³⁵ GOOGLE. **MAPS**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

vez que o casamento pode se constituir um obstáculo à escolarização das mulheres, em função do machismo.

Das que responderam o questionário 54% mora em casa alugada, 42% em casa própria e 4% e moradia cedida. Todas moram com outras pessoas sendo que 62% moram com até 03 pessoas e 38% com um número que varia de 4 a 6 pessoas. Isso implica a necessidade mais latente de inserção no mercado de trabalho para o próprio sustento ou de sua família também. Dentro da realidade observada, minoria (8%) nunca trabalhou, podemos observar abaixo:



Se o trabalho é a alegação individual mais citada (32%), as outras são razões ligadas a um pensamento machista sobre o lugar da mulher como impedimento por marido e mãe, ter que cuidar de filhos/as e neto, etc. Assim, se pudemos viver o século XX como o grande momento do ingresso das mulheres pobres na escola pública essa conquista demandou intensas lutas cotidianas das mulheres para poderem usufruir desse direito. Mas se tiveram dificuldade para iniciar, permanecer e concluir seus estudos, o EJA tem significado essa resistência ao lugar da mulher e esperança de novos tempos para muitas delas. Talvez seja o que possamos desprender do gráfico que se segue.



Este dado nos mostra que apesar das dificuldades encontradas pelas as mulheres na educação essas se mantêm na continuação dos estudos, sendo que 71% das mulheres que participaram do questionário pretendem prestar vestibular. No entanto podemos perceber nos cursos mencionados pelas estudantes resquícios do que foi destinada a competência feminina.

Segundo o estudo Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Censo Escolar (2006), o crescimento de cursos de saúde na educação profissional foi uma das grandes responsáveis pelo aumento da presença das mulheres na década, área na qual cerca de 70% das matrículas são de mulheres. As mulheres ainda continuam concentradas em áreas profissionais consideradas —redutos femininos‡, entre elas, a de Gestão, Artes, Comunicação, Desenvolvimento Social e Lazer e Turismo e Hospitalidade. Os homens concentram-se em cursos vinculados à Indústria e à Agropecuária³⁶.

Os cursos mencionados no questionário pelas mulheres apareceram de maior para menor quantidade nesta sequência: História, Letras, Enfermagem, Recursos Humanos, Psicologia, Direito e Engenharia Civil. Percebemos que os cursos de Direito e Engenharia Civil, historicamente ligado à execução masculina apareceram nos últimos lugares, no que diz respeito à aspiração profissional. No entanto, apesar do baixo número, é importante a menção desses cursos na fala de algumas mulheres. Isso nos mostra que já se sabe que este é um espaço comum a homens e mulheres, onde ambos gozam de habilidades para bem executá-los.

³⁶ AÇÃO EDUCATIVA (Org.). **Informe Brasil – Gênero e Educação:** Campanha Latino Americana por uma Educação não sexista e antidiscriminatória. Brasil: Centro de Documentação da Ação Educativa., 2011. 143 p.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bauman (1998), ao falar das relações no mundo trabalho na pós-modernidade, afirma que “o sucesso na vida dos homens e mulheres pós-modernos depende da velocidade com que conseguem se livrar de hábitos antigos, mais do que da rapidez com que adquirem novos”. Podemos trazer perfeitamente empregar tal afirmação no que diz respeito às relações de gênero e educação. Quanto mais rápido nos livrarmos dos conceitos androcêntricos inseridos e naturalizados na sociedade, mais rapidamente teremos um sucesso no que diz respeito às relações sociais. No entanto devemos observar a continuidade da aquisição de hábitos e pensamentos novos, para que possamos lutar pela garantia dos direitos das mulheres e de todos aqueles que são colocados à margem dos processos socioeducacionais, políticos e econômicos da sociedade. Vejamos, estamos inseridos em um discurso e ações sociais direcionadas, na maioria das vezes, por uma ideia, conceito, modelo central de sujeito social, este que é homem, branco, heterossexual. Mulheres brancas e negras, homens negros, bissexuais, homossexuais, enfim, tudo que foge à ideia central, é identificado como diferente. E, para aqueles ditos normais, esse binarismo é importante, pois, havendo o diferente sempre se manterá o que é normal. (LOURO, 2007)

Os jovens estão sendo formados dentro da perspectiva preconceituosa adotada pelas organizações pós-modernas. Dessa forma, fica cada vez mais difícil romper com esses ciclos. Paulo Freire, especificamente, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, trata da questão da libertação das amarras sociais, o despertar de uma consciência crítica e a participação do sujeito de forma efetiva na sociedade. Trazer essa discussão para o campo de estudos feministas e de gênero faz com que entendamos esse verdadeiro significado do empoderamento das mulheres, que é liberdade social, sexual, política e familiar. As mulheres vêm conquistando o reconhecimento de seus direitos e igualdade com os homens, no entanto, a sociedade segue perpetuando os preconceitos gênero, etnia/raça, classe social, religiosidade, entre outros.

No período colonial as mulheres eram reservadas ao espaço doméstico e reprodução, não tendo acesso a educação formal. No entanto passando pelo Império e pela República as mulheres começam a aparecer fora do ambiente doméstico também, no entanto, não abandonam suas atividades relacionadas à casa, marido e filhos. A mulher passa a acumular funções no ambiente doméstico e no mercado de trabalho, e neste último sofre com a inferiorização e menor progressão em relação aos homens.

Partindo da realidade por nós estudada, percebemos que ainda existem grandes barreiras a serem rompidas no que toca a questão de gênero. A questão mais recorrente para a presença dessas mulheres na educação de jovens e adultos está relacionada ao mercado de trabalho. A maior parte das mulheres (71%) começou a trabalhar até os 16 anos de idade, sendo 38% delas antes dos 14 anos. Isso nos mostra que houve uma mudança no que diz respeito à mulher no mercado de trabalho. Há algumas décadas que elas ocupam cargos que nos primeiros séculos de Brasil jamais ocuparam. Mas essa ocupação dos espaços públicos pode ser mais explicada como uma necessidade social, no que tange a produção e comércio do país, bem como a manutenção das despesas de casa que não podem mais ser supridas apenas com o trabalho do homem, do que como uma garantia de direitos, uma vez que esses espaços são reprodutores da segregação sexual e desvalorização da mulher.

Estamos inseridos em uma sociedade em que os cargos mais altos, atividade que possuem maior visibilidade e credibilidade, são em maior parte ocupados por homens, por motivos que procedem de uma construção histórica, na qual as mulheres são sempre colocadas à margem de decisões, e restritas ao ambiente doméstico, ou numa inserção inferiorizada.

Considerando as ações que permeiam os ambientes escolares, apesar de alguns avanços quanto às políticas educacionais e projetos em relação à formação continuada, observamos que maior parte do corpo docente da escola que observamos ainda se pauta por binarismos como homem/mulher, branco/negro, rico/pobre, normal/diferente, burro/inteligente, dispositivos que podem ser identificados até mesmo no Projeto Político Pedagógico e Regimento interno. Isso nos mostra que a escola ainda é, um espaço de propagação de preconceitos diversos. Além do mais, todos esses conceitos estão pré-definidos há muitos anos, a diferença existente e assumida é entre um homem e uma mulher.

Dessa forma, frente à luta feminista pela garantia dos direitos das mulheres, especialmente no campo educacional, foram dados inúmeros passos em direção à efetivação de seus direitos. Partindo do período Colonial brasileiro, onde não se registrou a educação formal de mulheres e passando pela história da educação no Brasil tivemos avanços, e as mulheres vem ocupando cada vez mais os ambientes escolares. No entanto, ainda existe um grande número de mulheres analfabetas principalmente nas faixas etárias mais velhas (AÇÃO EDUCATIVA, 2011). Isso nos mostra que existe uma maior presença de mulheres jovens na escola e diminuição das taxas de analfabetismo nas últimas décadas, no entanto, o número de analfabetismo ainda existente em grande escala no grupo de mulheres mais próximas da 3ª

idade nos revela a ineficiências das políticas públicas em relação à educação de jovens e adultos.

Levando em consideração o grupo de mulheres que responderam ao questionário aplicado nas turmas de ensino médio EJA na Escola Estadual Teotônio Vilela, 33% possuem de 18 a 25 anos de idade, sendo as de 26 a 39 anos 17%, de 40 a 50 anos de idade 25% e de 51 a 62 anos 8%. Podemos desprender desses dados que a educação de jovens e adultos atende não só a população que interrompeu os estudos há muitos anos atrás, mas atende também uma população de mulheres jovens que tem na EJA uma alternativa para concluir os estudos. Hoje com a grande presença de mulheres no mercado de trabalho, muitas não conseguem por falta de tempo e disposição física e mental também seguir com um curso regular.

Outro fator preocupante que a fala dessas mulheres nos revela é o motivo do retorno às salas de aula. Maior parte assume estar buscando progressão em seus empregos ou mesmo ingressar em algum. Percebemos que o mercado de trabalho aparece como motivo tanto para o abandono como para o retorno. Segundo Almeida:

A falta de escolarização nega também o acesso aos empregos e principalmente, aos empregos melhores remunerados. E nesse sentido o sonho de ter uma profissão que garanta uma vida digna para si e também para os familiares contribui para que essas mulheres retornem à escola.

Observando as dinâmicas históricas e aquelas presentes na Escola Estadual Teotônio Vilela, chegamos à conclusão que houve sim avanços no campo educacional, no entanto, ainda hoje a mulher ocupa um lugar inferior ao do homem no mercado de trabalho, bem como sofre ainda com a reverberação de conceitos históricos que as obrigam a uma posição de subserviência, que muitas vezes se tornam empecilhos ou elementos desafiadores no processo de conclusão dos estudos. Como Mezarós discute atualmente, a educação fornece a formação do indivíduo que atue de forma harmoniosa no sistema capitalista:

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes.” (...) Em lugar de instrumento da

emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema³⁷.

A Educação de Jovens e adultos necessita ainda superar esses traços da sociedade capitalista para atender de forma democrática todos os indivíduos que nela ingressarem. Observar aspectos sociais, culturais e voltar para uma formação crítica do sujeito que atue dentro e fora dos muros da escola é um anseio para as escolas e somente seguindo em frente, lutando e resistindo que vamos conseguir alargar nossos passos. É necessário que compreendamos rapidamente que:

(...) temos de aprender, nesses tempos pós-modernos, aceitar que a verdade é plural, que ela é definida pelo local, pelo particular, pelo limitado, temporário, provisório. Precisamos, enfim, nos voltar para práticas que desestabilizem e desconstruam a naturalidade, a universalidade e a unidade do centro e que reafirmem o caráter construído, movente e plural de todas as posições. (...) ³⁸.

A grande presença de mulheres na sala de aula e o desejo de maior parte delas pela continuidade dos estudos mostram que apesar das adversidades, a luta continua e produz frutos. O desejo de aprender e de ocupar o lugar que são delas por direito é vivo e da força para todos os projetos que vão em direção à garantia dos direitos das mulheres seguirem em frente, reafirmando ações positivas e tornando o ambiente escolar cada vez mais democrático e livre do ranço sexista que ainda marca nossa sociedade.

37 MÉSZÁROS, István. A Educação para além do Capital. 2ª São Paulo: Boitempo, 2008.p.15.

38 LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade - o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. IN: _____ et.al.(org). Corpo, gênero e sexualidade – um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 41 – 52

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA (Org.). **Informe Brasil – Gênero e Educação:** Campanha Latino Americana por uma Educação não sexista e antidiscriminatória. Brasil: Centro de Documentação da Ação Educativa., 2011. 143 p.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras:** por que educar meninas e mulheres? Universidade Metodista de São Paulo. Autores Associados. 2007.

ARROYO, Miguel. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos.** In: SOARES, Leôncio. (Org.) Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD/MEC/UNESCO, 2006.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade.** Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 272 p. ISBN 85-7110-464-6.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Constituição (1942). Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário.** Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. Constituição (2012). **Projeto Político Pedagógico:** ESCOLA ESTADUAL TEOTÔNIO VILELA. Uberlândia.

BRASIL. Constituição (2016). **Regimento Interno:** ESCOLA ESTADUAL TEOTÔNIO VILELA. Uberlândia.

BRASIL.(1827). **Lei de 15 de Outubro de 1827.** Brasil, 15 out. 1827. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero - Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia, 01 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/media-de-ganho-em-uberlandia-cai-para-27-salarios-minimos-segundo-cempre/>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

ESCOLA DE PRINCESAS (Ed.). **TODO SONHO DE MENINA É TORNAR-SE UMA PRINCESA.** Disponível em: <<http://escoladeprincesas.net/>>. Acesso em: 12 ago. 14.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. —São Paulo: Paz e Terra, 1996, -- (Coleção Leitura).

GOOGLE. **MAPS**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

GUEVARA, N. H. “**Ser mujer em la escuela**” in Contexto & Educação. Ijuí: Unijuí. 1993

HABNER, June E.. **Nova História das Mulheres no Brasil: HONRA E DISTINÇÃO DAS FAMÍLIAS**. São Paulo: Contexto, 2012.

HIRATA, Helena, KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. IN: COSTA, Albertina Oliveira et al. (org.) **Mercado de Trabalho e Gênero – comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, 263 – 278.

HOOKS, Bell. Eros, erotismo e o processo. IN: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 113 – 123.

JEFFREY, Weeks. O corpo e a sexualidade. IN: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 35 - 82

LEÓN, Magdalena. **Empoderamiento: relaciones de las mujeres com el poder**. Estudos Feministas. Florianópolis Weeks. O corpo e a sexualidade. IN: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 35 – 82

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. **EJA: UMA EDUCAÇÃO POSSÍVEL OU MERA UTOPIA?**. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade - o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”**. IN: _____ et.al.(org). **Corpo, gênero e sexualidade – um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 41 – 52.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.443-481.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. 2ª São Paulo: Boitempo, 2008.p.15.

MONTEIRO, Ivanilde Alves; GATI, Hajnalka Halasz. **A MULHER NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ENTRAVES E AVANÇOS DE UMA ÉPOCA**. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa. **Anais...**. João Pessoa: Isbn 978-85-7745-551-5, 2012. p. 1 - 26. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.09.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016.

NARVAZ, Martha Giudice et al. **GÊNERO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A HISTÓRICA EXCLUSÃO DAS MULHERES DOS ESPAÇOS DE SABER-PODER**. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

ORO, Amina Ciandra et al. **MULHERES E EJA: O QUE ELAS BUSCAM?**. 2010. Disponível em: <[http://www.upplay.com.br/restrito/nepso2010/pdf/artigos/caxias/Artigo Mulheres e EJA - o que elas buscam.pdf](http://www.upplay.com.br/restrito/nepso2010/pdf/artigos/caxias/Artigo_Mulheres_e_EJA_-_o_que_elas_buscam.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2016.

PUGA, Vera Lúcia. Escola para mulheres: rainhas do lar e princesas. Minas Gerais, 1960-2012. In: MAIA, Cláudia; PUGA, Vera (Org.). **HISTÓRIA DAS MULHERES E DO GÊNERO EM MINAS GERAIS**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2015. p. 1-552.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **500 ANOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: MULHERES EDUCADAS NA COLÔNIA**. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia. **NOVA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL: MULHERES EDUCADAS E A EDUCAÇÃO DE MULHERES**. São Paulo: Contexto, 2012.

SCOTT, Ana Silvia. **NOVA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL: MULHERES EDUCADAS NA COLÔNIA**. São Paulo: Contexto, 2012.

SUBIRATS, M. “**La educación como perpetuadora de un sistema de desigualdad**” Madri: Infancia y Sociedad. 1991

THIAGO, Gislene. Especial Jornal Correio: um pouco da história do Bairro Planalto - Uberlândia. **Correio**. Uberlândia, p. 1-1. mar. 2009. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=828584>>. Acesso em: 05 jun. 2016.